

# Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 23

PÁGINA DO ESTADO - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS  
ANFIP

Ideia de Bolsonaro para regime de previdência é "retrocesso", diz realtor da PEC ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Desfile virou vexame - NAS ENTRELINHAS ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

A "tanqueciata" de um presidente isolado - FERNANDO EXMAN ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Distritão é a cloroquina da reforma política ..... 9

O GLOBO - ON LINE - RJ - POLITICA  
POLÍTICA

Lira acelera tramitação da reforma eleitoral, e especialistas criticam volta das coligações e  
mudança para distritão  
..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mesmo que evitável, ambiente só piora - NILSON TEIXEIRA ..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro autoriza venda direta de etanol por usina a postos ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Inflação elevada tira espaço fiscal para mais gastos em 2022 ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças na CLT foram incluídas como 'jabutis' na MP ..... 18

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

PEC dos Precatórios: Fundo para dívidas judiciais gera insegurança sobre contas públicas,  
dizem especialistas  
..... 19

VALOR ONLINE - BLOGS  
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta Tributária: Universalização do Benefício Previdenciário Empresarial (Colunas de  
Carlos Heitor Campani)  
..... 21

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - PODERES  
CONGRESSO EM FOCO

Voto eletrônico é seguro e auditável, conclui TCU ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entre os partidos e o governo, eles ficaram com os partidos - BRASÍLIA - DF ..... 24

Quarta-Feira, 11 de Agosto de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Câmara derrota Bolsonaro e rejeita PEC do voto impresso** ..... 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Lira: "Assunto está encerrado"** ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Mercado já vê piso de 7% para taxa Selic** ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Riscos políticos e fiscais voltam a pressionar, e Ibovespa cai 0,66%** ..... 33

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Além do voto impresso, conheça as outras derrotas que Bolsonaro acumula no Congresso**  
..... 35

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Espero que Bolsonaro reconheça derrota da PEC do voto impresso, diz Lira** ..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Bolsonaro se antecipa à ANP e libera venda de combustíveis de outras marcas em postos**  
..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Universidade deveria ser para poucos, diz ministro** ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**O novo Refis e o velho populismo fiscal (Editorial)** ..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Mesmo sem acordo, Câmara pode votar hoje reforma do IR** ..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Avança nos EUA maior pacote de infraestrutura em décadas** ..... 47

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Ata do Copom alerta para risco fiscal** ..... 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Retomada de 2021 é ilusória** ..... 50

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Inflação avança sem trégua e chega a 8,9%** ..... 51

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Aumentos se espalham e IPCA de julho é o maior em 19 anos** ..... 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Mais gasto, menos PIB (Editorial).....	56
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Após feijão com arroz, café com leite também deve ficar mais caro.....	57
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Proposta cria Orçamento paralelo e burla teto de gastos, diz IFI.....	59
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Com disparada na energia, inflação vai a 0,96% em julho.....	61
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
IFI critica proposta e afirma que "risco fiscal materializa-se com clareza".....	63

# Ideia de Bolsonaro para regime de previdência é "retrocesso", diz realtor da PEC

Em audiência pública da comissão especial da reforma administrativa (PEC 32/20), debatedores avaliaram que a proposta do Poder Executivo pode limitar os regimes próprios de previdência ao criar novos vínculos no serviço público. Em particular, o cargo com vínculo por prazo indeterminado poderia ser vinculado ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) por lei complementar após dois anos da promulgação da emenda constitucional. Representantes de servidores pediram que este dispositivo fosse excluído da reforma administrativa.

O relator, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), considera a mudança um retrocesso. "Na última reforma da previdência, o regime próprio passa a ser uma **previdência complementar**. Precisamos de fato preservar esta conquista. Seria inapropriado termos novos vínculos no âmbito do direito previdenciário, o que sem dúvida seria um retrocesso em relação à última reforma da previdência", analisou.

Arthur Oliveira Maia também considera necessário corrigir o vínculo de experiência, que segundo ele foi mal recebido por deputados e servidores. "A questão do vínculo de experiência se confunde com o estágio probatório. É mais razoável avançarmos com o estágio probatório do que criarmos mais um vínculo temporário", defendeu.

O relator também disse estar preocupado com as contratações temporárias, que segundo ele deveriam ser limitadas para que não substituam servidores concursados. Arthur Oliveira Maia também anunciou que seu relatório deve propor uma definição das carreiras típicas de Estado, que manteriam a estabilidade e outras funções exclusivas em comparação com outras carreiras. "Falta coragem para colocar o dedo na ferida, mas é preciso que a gente saia deste dilema", ressaltou.

O deputado Alencar Santana Braga (PT-SP) afirmou que a reforma administrativa vai afetar a previdência pública. "Não levar os novos servidores para o regime único vai gerar problema seríssimo de financiamento. Quem vai pagar lá na frente não será a iniciativa privada, nem os donos do mercado. Quem vai pagar é o Estado, que lá na frente vai ter que custear isso, ou

exigir dos servidores que arquem com esses problemas", alertou.

O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) ponderou que a conta da previdência dos servidores não fecha há bastante tempo. "Seria ótimo se esta PEC da reforma administrativa, ao propor uma nova solução de vínculos entre administração pública e servidores, ajudasse o País a resolver a questão previdenciária. A gente ainda precisa de uma nova reforma da previdência, porque as anteriores não foram suficientes."

Vários debatedores da audiência pública pediram a manutenção dos direitos adquiridos dos atuais servidores e regras de transição que garantam o custeio para as despesas. O advogado e coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Escola Brasileira de Direito, Theodoro Vicente Agostinho, afirmou que os regimes de previdência caminham para a unificação. "As regras deveriam ser similares para todos os trabalhadores, mas o sistema previdenciário tem de trazer fonte de custeio e segurança", disse.

O presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Decio Bruno Lopes, também teme o enfraquecimento e esvaziamento dos regimes próprios de previdência. "Isso poderá gerar déficits e justificar o aumento da contribuição normal e a instituição de contribuições extraordinárias", teme.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Daniel Duque observou que estados e municípios têm dificuldade de equilibrar as contas dos regimes próprios de previdência. Por isso, estariam contratando professores pela CLT. "A expansão dos servidores gera contribuição maior, mas também aumento de benefícios que serão pagos no futuro", alertou. "A PEC vai no sentido de buscar a unificação, de modo que torne regimes atuarialmente equilibrados."

Já o advogado da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de **Tributos** Municipais (Fenafim), Marcelo Barroso, afirmou que a unificação de regimes fere o



pacto federativo e fragiliza a autonomia de estados e municípios. "Preocupa a centralização e concentração do poder no Executivo Federal, em detrimento a estados e municípios", comentou.

Professor em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Marco Aurélio Serau Junior considera necessário manter regimes de previdência diferenciados para servidores, já que a carreira pública tem aspectos diferentes da iniciativa privada, como a ausência de FGTS.

O diretor administrativo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Celso Malhani, alertou que a PEC 32/20 vai exterminar os regimes próprios, já que a vinculação de servidores ao RGPS se tornará obrigatória em um quadro de finanças públicas fragilizadas após a pandemia de coronavírus. Celso Malhani ainda cobrou dados sobre o impacto da mudança. "A PEC não explica quanto vai custar o financiamento do período de transição."

Atualmente o Brasil possui 2.160 regimes próprios de **previdência social**, com 9,2 milhões de participantes, entre segurados, pensionistas, aposentados e trabalhadores que estão na fase de contribuição.

**Site:** <https://paginadoestado.com.br/ideia-de-bolsonaro-para-regime-de-previdencia-e-retrocesso-diz-realtor-da-pec/>

# Desfile virou vexame - NAS ENTRELINHAS

**POR LUIZ CARLOS AZEDO**

Foi deprimente o desfile de carros blindados da Marinha na Esplanada dos Ministérios, ontem, para atender aos caprichos do presidente Jair Bolsonaro. Na política, foi uma afronta à democracia; no plano militar, demonstração de fraqueza. Para a política externa, um vexame internacional, pois o Brasil foi classificado pelos principais veículos de comunicação do mundo de uma banana republic, conforme o jornal britânico The Guardian. Quem quiser que caia na conversa fiada de que a "tanqueata" já estava programada para convidar solenemente Bolsonaro a acompanhar os exercícios de guerra dos fuzileiros navais da Esquadra no campo de manobras de Formosa (Goiás), onde é possível praticar fogo real.

As manobras fazem parte do programa de adestramento da Marinha e empregam seus principais meios de combate em terra, com exercícios que não podem ser realizados no Rio de Janeiro, onde estão concentrados os principais efetivos da Marinha. Entretanto, o desfile na Esplanada foi programada após a rejeição da proposta de restabelecimento do voto impresso, pela comissão especial da Câmara, que debateu o projeto da deputada Bia Kicis (PSL-DF), feito por encomenda de Bolsonaro. A votação fora acachapante: 23 votos contra 11. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu pôr a proposta em votação em plenário, nesta semana, o que motivou Bolsonaro a ordenar o desfile dos antiquados e fumacentos veículos de combate da Marinha.

O desfile foi constrangedor. Somente alguém muito fora da realidade não é capaz de perceber o ridículo da situação, que virou motivo de chacotas nas redes sociais. É imenso o desgaste das Forças Armadas, ao serem empregadas com objetivos políticos de forma descarada. Entretanto, o desfile revelou o sucateamento dos equipamentos de combate da Marinha. Não é difícil imaginar a gozação nos gabinetes presidenciais dos nossos vizinhos da Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. Nas redes, circulavam piadas hilárias, uma delas era de que nunca foi tão fácil para a Bolívia conquistar seu acesso ao mar; outra, que o Paraguai já pode invadir Brasil, mais uma vez.

Nada disso, porém, muda as intenções de Bolsonaro. Para quem acha que pode fechar o Supremo Tribunal

Federal (STF) com um cabo e dois soldados, exibir os tanques na Esplanada não deixa de ser uma demonstração de poder, ou seja, de força suficiente para melar as eleições de 2022, como vem ameaçando. Bolsonaro quer arrastar as Forças Armadas para essa aventura antidemocrática, o que não será fácil, mas nem por isso devemos ser ingênuos a ponto de imaginar que é impossível. Quem deu a demonstração de ontem é capaz de pôr em prática a ideia de jerico. Por isso mesmo, mais importante do que o desfile, foram as reações políticas, no Congresso e na sociedade, bem como nas redes sociais e na mídia internacional.

## Isolamento

Bolsonaro revelou isolamento político. Toda a cadeia de sucessão da Presidência ausentou-se da solenidade. O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, disse que não foi convidado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), classificou o desfile como uma "trágica coincidência" com a votação do voto impresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), também não compareceu. O presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, já havia dito que não conversa com Bolsonaro enquanto o presidente da República não honrar os compromissos que assumiu na conversa entre ambos.

O presidente da República fomenta uma crise militar e deseja a ruptura político-institucional para permanecer no poder e subjugar o Congresso e o Supremo. Isso somente não ocorre porque a correlação de forças hoje não é favorável, mas reproduz a estratégia do ex-presidente Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, que tentou melar a apuração e impedir a posse do presidente Joe Biden. Essa derrota isolou Bolsonaro internacionalmente. No plano interno, a irresponsabilidade na crise sanitária, a **inflação** ascendente e o grande número de desempregados volatilizaram o seu projeto de reeleição, conforme apontam as pesquisas. Bolsonaro perdeu a expectativa de poder após 2022. Por isso, acorda e dorme pensando em como evitar que isso ocorra.

# A "tanqueciata" de um presidente isolado - FERNANDO EXMAN

**FERNANDO EXMAN**

O simbolismo da "tanqueciata", um indiscutível e indevido recado do "Chefe Supremo das Forças Armadas" ao Parlamento em forma de desfile militar, vai além da obsessão do presidente da República pela proposta de emenda constitucional (PEC) que restabelece o voto impresso. Jair Bolsonaro enfrenta um processo de isolamento político.

Colocou o Centrão no núcleo do poder e vem construindo um arco de alianças mirando 2022 que pode incluir PP, PL, Republicanos e parte dos diretórios estaduais do MDB. Mas, não obterá apoio incondicional desse conjunto de legendas para aprovar todos os projetos que lhe convier. Tampouco terá uma tropa de choque tão robusta, se enfrentar eventuais denúncias ou processos de impeachment.

Diversos itens da agenda econômica avançam, é verdade, inclusive reformas estruturais e privatizações. Quanto à **reforma política**, adversários do presidente consideram que a adoção do famigerado "distritão" interessa tanto a Bolsonaro quanto ao baixo clero. E se preocupam com o avanço na Câmara desse sistema eleitoral tão criticado.

O "distritão" foi concebido para eleger simplesmente os deputados mais votados, ignorando os votos direcionados aos demais candidatos ou às legendas. É um modelo que beneficia quem pretende desprestigiar as cúpulas partidárias e enfraquecer as siglas.

Bolsonaro está com o diálogo interrompido com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e ampliou seu apoio no Legislativo com a ajuda das emendas de relator ao Orçamento.

Tenta disfarçar a própria situação, exigindo ao seu lado a presença de quem precisa obedecê-lo. E quando alguém necessita a todo momento lembrar com quem seus interlocutores estão falando, algo há de errado com a capacidade de liderar deste agente público, sua aptidão para influenciar terceiros, agregar esforços numa mesma direção comum. Isso voltou a acontecer quando Bolsonaro foi às redes sociais justificar sua decisão de determinar que a Marinha desfilasse seus tanques pelo Eixo Monumental.

Ao comentar na noite de segunda-feira nas redes

sociais a polêmica envolvendo o extemporâneo desfile militar, o chefe do Executivo chamou autoridades dos demais Poderes para que com ele acompanhassem o evento do alto da rampa do palácio. Invitou-os de última hora, e ainda fez questão de assinar postagem como "Chefe Supremo das Forças Armadas". Foi ignorado.

Uma lista evidencia o difícil momento pelo qual passa o presidente. A começar pela própria tramitação da PEC do voto impresso: a proposta sofreu derrota acachapante em uma comissão especial e, se o governo não utilizar a liberação de recursos orçamentários nem a distribuição de cargos como métodos de convencimento, deve mesmo ter o arquivo como destino.

Integrantes da cúpula da Câmara passaram as últimas horas trabalhando para que essa derrota se concretizasse. Não que este cenário seja suficiente para fazer o presidente voltar suas atenções para o que realmente importa, como o combate aos efeitos da crise e a conclusão da vacinação da população. Mas, seja qual for a decisão da Casa, dificilmente a PEC vingar-se no Senado.

Por lá, aliás, Bolsonaro ainda tem outro problema a resolver: a aprovação de André Mendonça, ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), para o Supremo Tribunal Federal.

A indicação enfrenta resistências não só devido à atuação pretérita de Mendonça como defensor da Lava-Jato e dos interesses políticos de Bolsonaro, mas também em razão do ambiente de crise institucional. Uma eventual recusa ao seu nome seria um acontecimento extraordinário, registrado apenas no início da República, demonstração das limitações de o presidente emplacar um nome "terrivelmente evangélico" sem articular antes seu projeto com lideranças do Senado.

Enumere-se a demora do presidente em encontrar um partido que o acolha.

Bolsonaro sempre disse que se filiará a uma legenda complacente, que aceitasse ceder o controle dos diretórios estaduais para o seu grupo político. O PSL o fez e nem assim manteve a parceria a longo prazo. Na visão de lideranças, no entanto, este não é um

momento propício para ele fazer muitas exigências. Sua popularidade anda baixa. A esta altura da pré-campanha, ainda não se tem notícia de candidaturas bolsonaristas de peso em Estados como São Paulo e Minas Gerais.

Bolsonaro determinou a realização do desfile militar de 10 de agosto de 2021, data que tende a ficar registrada nos livros de História, mas suas atitudes têm causado crescente insatisfação entre oficiais da ativa. Segundo se assegura nos bastidores, tanto nos meios militares quanto entre lideranças políticas, a cúpula das Forças Armadas tampouco ficaria ao lado de Bolsonaro numa eventual aventura antidemocrática.

Oficiais acreditam que existe, sim, a necessidade de aumentar a segurança das urnas eletrônicas. Pelo conhecimento acumulado em questões de segurança cibernética, recomendam que se trate de forma desapaixonada o tema. Consideram positiva uma coordenação institucional com o objetivo de elevar o número de urnas submetidas a um teste de integridade a cada eleição. Essa seria uma forma de reduzir as tensões entre os Poderes, articulação já em andamento.

Na caserna, também se afasta a possibilidade de quebra da hierarquia. Pergunta-se qual soldado teria interesse em prejudicar a própria carreira, perder promoções e oportunidades no exterior. Fontes lembram que, apesar das críticas à condução do processo contra o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, general da ativa que participou de ato político ao lado de Bolsonaro, não há registro de casos de indisciplina desde então.

O que gera preocupação é a estratégia a ser adotada a partir de agora. Acuado, o presidente pode decidir de vez trilhar o caminho do populismo fiscal. Teme-se, também, que o bolsonarismo se organize para tumultuar o dia das eleições. Não se descarta um movimento coordenado para a quebra de urnas. Seria mais um ato de desespero.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras E-mailfernando.exman@valor.com.br

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)**

# Distritão é a cloroquina da reforma política

**Cristian Klein**

Em tempos de pandemia, já virou senso comum falar do negacionismo de manual do governo Bolsonaro e do desprezo de seu grupo político pela ciência, pela democracia, pelo meio ambiente, pelos direitos humanos e tantos outros avanços civilizatórios. O Executivo federal é composto por defensores declarados do autoritarismo e do militarismo - vide os tanques que desfilaram ontem pela Esplanada dos Ministérios - e de um "pathos" avesso à forma de governo democrática.

Mas o Congresso, há uma década e meia, também cultiva seu próprio negacionismo quando resolve debater e mudar a legislação eleitoral. A maioria dos parlamentares não menospreza o Estado democrático de Direito, mas flerta com o retrocesso e os remédios sem eficácia para tratar das regras do jogo. Desta vez, a **reforma política** - praticamente um evento astronômico regular que ocorre nos anos ímpares - traz um verdadeiro "kit covid". E o distritão é a cloroquina da Câmara dos Deputados.

Tal qual o medicamento alardeado pelo presidente e seus seguidores, o modelo eleitoral, recém-aprovado em comissão especial, não é apenas ineficaz como tem o potencial de provocar graves efeitos colaterais. Representaria a negação dos partidos, fragilizados num sistema em que seriam eleitos os candidatos mais votados, independentemente do total de votos de cada legenda.

Na prática, pouco haveria de "sistema", e a competição em nada se diferenciaria de um exame vestibular ou de uma maratona olímpica. Seria o reino do hiperpersonalismo quando se sabe que a política se baseia na agregação de interesses, na construção de consensos e na participação eleitoral. O desperdício de votos a candidatos não eleitos seria imenso, contrariando um valor caro aos modelos proporcionais como o brasileiro.

A introdução do distritão no debate remonta a meados da década de 2000, quando um modelo oposto e fortemente partidário, o de listas fechadas, pelo qual o eleitor votaria apenas nas legendas, perdeu força. Sua defesa era liderada pelo PT, com apoio do DEM, enquanto o distritão, como reação, nasceu no PP em 2007, ganhou o MDB de Eduardo Cunha e passou a atrair figuras do fisiológico Centrão. Entre os poucos países que o adotam estão a Jordânia e o Afeganistão.

O kit da **reforma política** também é negacionista por querer ressuscitar, como plano B ao distritão, as coligações proporcionais. Seria um caso literal de retrocesso ao negar o avanço institucional da reforma de 2017. O fim das alianças ao Legislativo incentiva a busca dos partidos por maior clareza programática e evita que o cidadão eleja, indiretamente, o parlamentar de um partido distante de suas posições ideológicas.

O pacote da Câmara inclui ainda a introdução do voto alternativo (ou preferencial, como tem sido chamado), uma mudança radical que acabaria com o segundo turno. Por esse sistema, os eleitores ordenariam seus candidatos de preferência ao escolherem presidentes, governadores e prefeitos. É um modelo raro praticado nas eleições parlamentares da Austrália e nas majoritárias de alguns entes subnacionais dos Estados Unidos e em escolhas como a do Oscar. Seus proponentes defendem abertamente o casuísmo, ao justificarem que a mudança visa facilitar a vitória de uma terceira via ao Planalto em 2022, uma vez que os eleitores escolheriam uma segunda opção diante da polarização que se desenha entre o ex-presidente Lula e Bolsonaro.

Esse não tem sido o caminho de reformas eleitorais sérias. Em democracias consolidadas, países insatisfeitos com seus sistemas criam grupos de trabalho, comitês com especialistas, realizam o diagnóstico, levantam os principais problemas, vão ao "mercado" de modelos testados e adaptam soluções às suas necessidades. É o que fez, por exemplo, a Nova Zelândia, em 1993, quando migrou de um modelo majoritário puro para o distrital misto. Talvez não seja apenas um acaso que o país da Oceania tenha produzido também a política mais eficaz e elogiada contra a pandemia. Sem negacionismo.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)



# Lira acelera tramitação da reforma eleitoral, e especialistas criticam volta das coligações e mudança para distritão

**Bernardo Mello**

RIO - Com celeridade de tramitação criticada por especialistas, a PEC da **reforma política** deve ser votada amanhã pelo plenário da Câmara, segundo afirmou ontem o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). O relatório da deputada Renata Abreu (Podemos-SP), aprovado na segunda-feira em comissão especial, prevê a adoção do distritão nas eleições de 2022 e também abre a possibilidade de volta das coligações proporcionais, que desde o ano passado haviam deixado de fazer parte do processo eleitoral.

Por ser uma Proposta de Emenda à Constituição, o texto precisa de 308 votos entre os 513 deputados para avançar ao Senado. Há a expectativa de um acordo no plenário para escolha ou do distritão, ou das coligações proporcionais. No distritão, seriam eleitos os candidatos a deputado federal e estadual mais votados em cada estado, mesmo que o partido não atinja o quociente eleitoral. Com as coligações proporcionais, duas ou mais siglas podem somar seus votos para atingir o quociente e, assim, ocupar melhores posições no cálculo de divisão de cadeiras.

Para o cientista político Magno Karl, enquanto a última reforma eleitoral, de 2017, teve o objetivo de favorecer a governabilidade e fortalecer os partidos a longo prazo ao extinguir as coligações e também introduzir cláusulas de desempenho, o projeto atual é uma "colcha de retalhos" desenhada para atender "objetivos de curto prazo" de grupos no poder. As primeiras versões do relatório de Renata Abreu previam a transição do distritão para um sistema distrital misto a partir de 2024, mas o trecho foi suprimido em acordo para acelerar a ida do texto ao plenário, o que também incluiu as coligações.

O especialista avalia que a celeridade na Câmara já antecipa dificuldades na tramitação no Senado, que teria de liberar o texto para sanção presidencial até outubro para valer nas eleições de 2022, e também atende a uma busca por projeção política de Lira como aliado do governo Jair Bolsonaro.

- Lira tem o objetivo de entregar o maior número possível de reformas. Por isso, tenta limpar logo da

agenda da Câmara as PECs da **reforma política** e também a do voto impresso, sem deixar de acenar como aliado do governo - afirmou Karl, que é diretor-executivo do Livres, participante da campanha "Freio na reforma", encabeçada por entidades como o ITS Rio e a ONG Transparência Partidária.

Concentração de poder

Enquanto a adoção do distritão ganhou apoio de partidos do centrão na Câmara, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já declarou que a proposta tende a ser derrubada na Casa. Já a PEC do voto impresso foi defendida pela base bolsonarista no Congresso e nas redes.

A cientista política Hannah Maruci, professora da UFRJ, avalia que o distritão é um dos pontos mais problemáticos da **reforma política** por favorecer o personalismo e induzir que partidos privilegiem candidatos que já têm maior visibilidade em cargos eletivos, dificultando a renovação e a diversidade de representação. Para a especialista, mais do que o conteúdo, a forma acelerada como a reforma vem avançando na Câmara também é preocupante.

- Considerando as PECs do distritão, do voto impresso e o projeto do novo código eleitoral, estamos tendo a maior **reforma política** e eleitoral desde a redemocratização, e não está sendo feita de forma legítima. É um processo a toque de caixa para trazer, em diversos âmbitos, concentração de recursos e de poder - criticou.

O texto da **reforma política** também prevê o "voto preferencial", que acaba com o segundo turno e permite que os eleitores escolham até cinco candidatos à Presidência, com redistribuição dos votos válidos até que um candidato atinja maioria absoluta. Outro ponto criticado é a atribuição de peso duplo aos votos dados a mulheres e negros para o cálculo de divisão do fundo partidário. Especialistas avaliam que o dispositivo permite a concentração de recursos em poucas candidaturas, e defendiam que o critério fosse o número de mulheres e negros eleitos.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/lira-acelera>

***tramitacao-da-reforma-eleitoral-especialistas-criticam-  
volta-das-coligacoes-mudanca-para-distribuido-25150170***

# Mesmo que evitável, ambiente só piora - NILSON TEIXEIRA

**NILSON TEIXEIRA**

O presidente Jair Bolsonaro tem repetido à profusão que pode não haver eleições em 2022. O argumento é acompanhado de alegações infundadas de fraudes eleitorais nas urnas eletrônicas e de maquinações para impedir sua reeleição. Os ataques desmedidos de Bolsonaro ao presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, por conta da defesa do processo eleitoral, e ao ministro do STF Alexandre de Moraes, devido à decisão de instaurar investigação contra Bolsonaro por afirmações contra a segurança das urnas e fraudes no sistema de votação, estão em total desacordo com o protocolo do principal cargo do Poder Executivo.

Na semana retrasada, não havia alternativa ao STF senão publicar um vídeo afirmando que "uma mentira repetida mil vezes não vira verdade". Na reabertura dos trabalhos do 2º semestre no início da semana passada, o presidente do STF, Luiz Fux, leu um pronunciamento em defesa da Constituição, do Estado de Direito e da democracia, com uma resposta cifrada aos comentários de Bolsonaro.

A continuação dos ataques do presidente forçou Fux a responder novamente na quinta-feira. Além de cancelar a reunião que haveria entre os chefes dos poderes, Fux apontou que os ministros do STF estão coesos na defesa da democracia e da instituição. Tratou, novamente, dos riscos associados à "falta de verdade" de Bolsonaro sobre a higidez do processo eleitoral, lembrando ao presidente os limites do exercício do direito da liberdade de expressão.

Os atritos crescentes entre esses dois poderes sugerem que o risco de movimentos antidemocráticos talvez não seja irrisório. A simples publicação de uma carta aberta afirmando que as "eleições serão respeitadas" e que o "futuro só é possível com base na estabilidade democrática" confirma que a chance de "aventuras autoritárias" não é tão diminuta.

A demora de uma declaração conjunta e firme dos presidentes dos partidos políticos indica a ausência de harmonia e uma possível falta de compreensão do papel crucial do Legislativo neste momento na defesa do Judiciário. Vários desses líderes têm evitado críticas públicas ao presidente Bolsonaro por possivelmente recearem um recuo nas transferências de recursos federais para suas áreas de atuação. As

respostas dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, também foram aquém do necessário, ao não se posicionarem de forma transparente contra as atitudes de Bolsonaro e a favor do respeito aos principais membros do Poder Judiciário.

Mesmo após a comissão especial da Câmara ter rejeitado o parecer sobre a PEC que torna obrigatório o voto impresso, Lira anunciou que levará a votação para o plenário. A decisão será muito provavelmente a de rejeitá-la. O risco, porém, é o de outros projetos de lei ou PECs serem pensados à proposta em discussão. O foco no tema do voto impresso pode facilitar, por exemplo, a aprovação da federação de partidos e do voto distrital ou variações - são eleitos os candidatos com maior número de votos, sem os limites estabelecidos pelo coeficiente eleitoral. Além de enfraquecer a regra de barreira e desestimular o fortalecimento dos partidos, a aprovação dessas medidas prejudica a governabilidade devido à dificuldade da construção de uma base de apoio robusta. Esse é um cenário que precisa ser evitado.

As mazelas da economia não se restringem às questões políticas e, muito menos, aos atritos entre Poderes. É sintomático que a primeira parte da **Reforma Tributária** aprovada no Senado tenha sido o da implementação de um programa generoso de regularização de dívidas tributárias (Refis) de pessoas jurídicas e físicas, com parcelamento em até 144 meses, bem como perdão de até 90% das multas e juros e até 100% de encargos legais e honorários. A recorrência desses programas estimula o não pagamento de **impostos**, pois é certo que surgirá um novo programa de renegociação mais adiante.

Também não causa estranheza o governo ressuscitar a proposta de postergação e parcelamento do pagamento de dívidas do governo federal confirmadas na Justiça e transformadas em precatórios, agora sob o argumento de que a enorme alta desses gastos não é sustentável. Apesar de os participantes de mercado terem aparentemente aceitado essa argumentação, o risco de a sociedade não reagir à proposta é o de eventos similares no futuro serem resolvidos da mesma forma.

O descontrole na evolução da parte da **Reforma Tributária** referente às regras do Imposto de Renda é



claro. A proposta do governo já foi descaracterizada pelo relator, com a nova redação sendo muito influenciada por grupos de interesse. A falta de comando dos coordenadores políticos e da **Receita Federal** - única organização capaz de prever com alguma precisão o impacto de mudanças tributárias - na construção dessa proposta eleva o risco de ampliação das distorções tributárias, com alta significativa dos **impostos** sobre as empresas, redução das transferências de recursos para entes regionais e manutenção de privilégios ineficazes para grupos influentes.

Os problemas não se encerram nas questões políticas, inclusive eleitorais, e nos temas relativos às receitas fiscais. O orçamento de 2022 tende a incluir uma forte elevação do Bolsa Família e um aumento intolerável do fundo eleitoral, bem como a manter as absurdas emendas do relator no orçamento de 2022, caracterizadas por uma reduzida fiscalização.

Em suma, a incerteza gerada pela turbulência fomentada por Bolsonaro é ampliada pela falta de previsibilidade sobre o teor das medidas passíveis de aprovação no Congresso nos próximos meses. Esses fatores prejudicam a retomada mais consistente da atividade econômica e o cumprimento da regra do teto dos gastos. Um ambiente dessa natureza reduz o crescimento potencial da economia ao elevar a taxa de juros, reduzir a oferta de crédito, desestimular os investimentos e desacelerar o consumo. Mesmo que facilmente evitável, o presidente Bolsonaro não parece preocupado em agregar riscos ao cenário e tomar o ambiente cada vez pior.

Nilson Teixeira é sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)

# Bolsonaro autoriza venda direta de etanol por usina a postos



**MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA**  
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

O Ministério de Minas e Energia informou ontem que o governo vai publicar uma medida provisória (MP) para permitir a venda de etanol pelos produtores diretamente para postos de combustíveis, sem intermédio de distribuidoras. A medida faz parte de um plano para reduzir o preço final do etanol na bomba, demanda do presidente Jair Bolsonaro.

Mesmo o governo já tendo afirmado diversas vezes que apoia a venda do etanol direto pelo produtor para o posto, só agora a medida será formalizada. É preciso mudar a legislação sobre o assunto porque a venda direta depende da chamada "monofasia tributária federal", um mecanismo que atribui a um determinado contribuinte a responsabilidade pelo tributo devido em toda a cadeia de um produto ou serviço.

A norma estava travada no governo porque a a **Receita Federal** não aceitava o pleito do setor sucroenergético por uma solução que permitisse a monofasia para venda direta e a tributação em duas etapas para venda às distribuidoras. O governo avalia que será possível reduzir o custo do combustível encurtando a cadeia do setor, eliminando a distribuição, que terá de ser verticalizada, assumida pela usina.

Atualmente, a norma da Agência Nacional do Petróleo (ANP) estabelece que todo combustível deve passar por distribuidora antes de chegar às bombas dos postos. Em diversas ocasiões, Bolsonaro já defendeu a venda direta como forma de reduzir os preços dos combustíveis. O governo fará uma cerimônia de assinatura da MP hoje, no Palácio do Planalto.

## QUEBRA DE CONTRATO

A MP também permitirá que um posto venda combustível de qualquer distribuidor, independentemente da bandeira a qual é associado. Hoje, um posto associado a um distribuidor só pode comercializar combustível desse fornecedor. Agora, vai ser possível comprar de qualquer distribuidor; desde que devidamente informado ao consumidor.

A inclusão na MP da possibilidade de postos comercializarem combustíveis de diversos fornecedores, pegou de surpresa agentes do mercado. Um executivo de uma distribuidora que preferiu não se identificar avaliou que a medida pode ser questionada na Justiça. A cerimônia de hoje já era aguardada pelo setor, mas esperava-se que a MP permitisse apenas a compra direta de etanol pelos postos às usinas, afirmaram duas fontes.

Paulo Miranda, presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), afirmou que o governo não pode obrigar os postos a quebrarem contratos com as distribuidoras:

- O contrato prevalece sempre. O governo não pode quebrar contrato já firmado via MP. É preciso mais detalhes sobre isso.

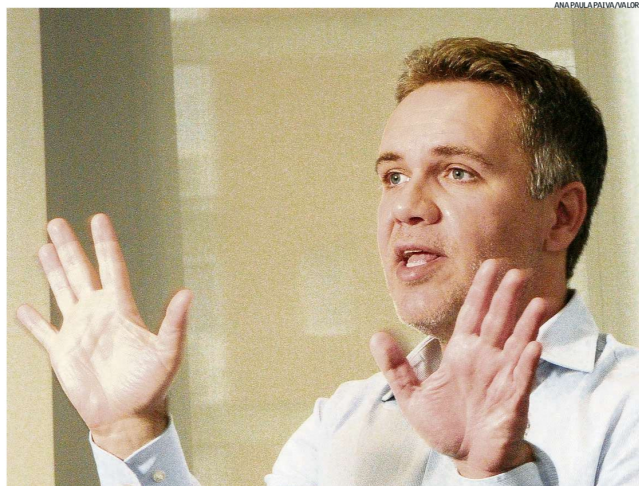
O tema é controverso. Recentemente, a ANP tentou levantar a discussão de que os postos, mesmo com contrato com distribuidoras, pudessem reservar uma das bombas para outras marcas. A proposta foi duramente criticada pelas empresas do setor, mas o tema segue em análise. Rodolfo Sabóia, diretor-geral da ANP, em entrevista recente ao GLOBO, afirmou que a ideia é estimular a concorrência.

Segundo Miranda, a compra de etanol pelos postos diretamente das usinas é positiva e pode de fato reduzir preços ao consumidor. Mas ele ressaltou que é preciso controle nas usinas para que os **impostos** sejam recolhidos, já que a sonegação de etanol é uma das principais preocupações do setor:

- Hoje, parte do PIS/Confins é recolhido pela usina (R\$ 0,12 por litro) e outra parte pelas distribuidoras (R\$ 0,13). Agora, com a MP, tudo será recolhido na usina: R\$0,25.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Inflação elevada tira espaço fiscal para mais gastos em 2022



Bráulio Borges, economista-sênior da LCA Consultores: há alguns meses, folga projetada era de R\$ 50 bilhões

**Sérgio Lamucci e Lu Aiko Otta, Fabio Graner**

O espaço para aumentar gastos em 2022 tem encolhido significativamente, com a perspectiva de alta mais forte da **inflação** neste ano. Referência para o reajuste de despesas como aposentadorias e pensões da Previdência, abono salarial e seguro-desemprego, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pode fechar 2021 na casa de 8%, como aponta a estimativa da LCA Consultores. Nesse quadro, o INPC caminha para encerrar o ano próximo da variação acumulada em 12 meses até junho pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 8,35%, o percentual que vai corrigir o teto de gastos do ano que vem.

Nas contas do economista-sênior da LCA, Bráulio Borges, o espaço fiscal adicional no teto em 2022 está em apenas R\$ 15,8 bilhões, considerando a pequena diferença entre os dois índices. "Há alguns meses, quando se imaginava um INPC fechando o ano em torno de 5% e um IPCA nos 12 meses até junho de 2021 perto de 8%, essa folga chegava a cerca de R\$ 50 bilhões", afirma Borges, também pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Segundo ele, cerca de 78% das despesas não financeiras da União crescem em linha com o INPC, que baliza o reajuste do salário mínimo. É o caso de gastos com aposentadorias e pensões do **INSS**, pessoal ativo e inativo, benefícios assistenciais para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência, abono salarial e seguro-desemprego.

Nesse cenário, a equipe econômica vê como má notícia a alta do INPC, que atingiu 9,85% nos 12 meses acumulados até julho. O INPC nos atuais níveis indica que "o reajuste das despesas obrigatórias para 2022 será mais elevado, reduzindo espaço fiscal no teto", diz o analista do Senado Leonardo Ribeiro. "Obviamente, é uma nova fonte de pressão sobre o teto", reforça o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco. O espaço para aumentar o valor e o público atendido pelo Bolsa Família e para reajustar os salários do funcionalismo em 2022 fica menor. A folga está "cada vez mais ameaçada", afirma Tinoco.

O governo contava com uma variação para o INPC de 6,2% de janeiro a dezembro deste ano. No entanto, o índice acumulado até julho já atingiu 5,1 %, o que mostra que a estimativa deverá ser superada. Cada ponto percentual a mais na **inflação** representa perto de R\$ 8 bilhões a mais nas despesas. Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que possibilita o parcelamento das despesas com precatórios, o governo prevê que o espaço livre no teto de gastos no ano que vem será de R\$ 33,5 bilhões. Se a PEC for aprovada pelo Congresso, os gastos com precatórios em 2022 ficarão próximos ao volume deste ano, de R\$ 55 bilhões. Se não passar, essas despesas no ano que vem ficarão na casa de R\$ 89 bilhões.

A diferença da estimativa do governo para a folga fiscal em 2022 em relação à projeção de Borges é que o INPC estimado pela equipe econômica é mais baixo. Ontem, por exemplo, a LCA elevou a projeção para o INPC em 2021 de 7,6% para 8%, depois de o IBGE divulgar que o indicador subiu 1,02% em julho. Segundo o economista Fabio Romão, a **inflação** mais forte projetada para o grupo de serviços pela consultoria teve um peso importante na revisão do INPC de 2021. A expectativa de alimentos mais pressionados também foi outra influência relevante, diz ele, citando ainda as perspectivas de aumentos maiores para bens industriais e preços administrativos.

Nos cálculos de Borges para a folga do teto de R\$ 15,8 bilhões no ano que vem, ele considera que os gastos com precatórios de 2022 serão equivalentes aos valores de 2021, atualizados pela **inflação**. Além disso, ele levou em conta os gastos previstos para 2021 no Relatório de Avaliação de receitas e Despesas do terceiro bimestre, publicado em julho.

O encolhimento da folga no orçamento de 2022 é um dos fatores que têm levado à piora da percepção sobre o risco fiscal, num momento em que o governo indica que pretende elevar gastos com força num ano de eleições. Isso tem contribuído para a volta da pressão sobre o câmbio, um fator que dificulta a tarefa do Banco Central (BC) de combater a **inflação**, hoje muito distante das metas de 2021 e 2002, de 3,75% e 3,5%.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)**

# Mudanças na CLT foram incluídas como 'jabutis' na MP

*Raphael Di Cunto*

O benefício será destinado apenas para famílias carentes, com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (R\$ 3,3 mil).

"A prova dessa condição deverá ser realizada por meio da apresentação pelo autor do comprovante de habilitação em cadastro oficial do governo federal instituído para programas sociais, não bastando a mera apresentação de declaração de insuficiência de recursos para o pagamento das custas e honorários do processo", afirma o parecer.

No caso de processos trabalhistas, o acesso à Justiça gratuita só será concedido a quem teve salário inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do regime geral de **previdência social**. Se a regra já valesse hoje, apenas pessoas que tiveram salário inferior a R\$ 2,5 mil poderiam exercer esse benefício e as demais precisariam arcar com os custos de entrar com processo.

O texto também determina que prêmios pagos por empresas por desempenho não vão compor o salário. Essa medida já foi incluída em outra MP e acabou vetada pelo presidente. (RDC)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)**



# PEC dos Precatórios: Fundo para dívidas judiciais gera insegurança sobre contas públicas, dizem especialistas

**Stephanie Tondo**

PEC dos Precatórios: Fundo para dívidas judiciais gera insegurança sobre contas públicas, dizem especialistas Foto: Pixabay

RIO - A PEC dos Precatórios cria o Fundo de Liquidação de Passivos da União, que é constituído, entre outras fontes de recursos, pela alienação e aluguel de imóveis da União, dividendos recebidos pela União de empresas estatais, e pela antecipação de valores a serem recebidos em contratos de partilha de petróleo. Mas, para especialistas em contas públicas, essa não é a melhor saída para abrir espaço para mais gastos no Orçamento da União.

De 2009 a 2021, houve um aumento de mais de 77% nos gastos com sentenças judiciais e precatórios provenientes de ações envolvendo benefícios previdenciários.

Ao criar um fundo específico para o pagamento de dívidas, a União carimba recursos para esse fim e, ao mesmo tempo, reconhece que não possui condições de arcar com as suas obrigações. Isso pode gerar insegurança fiscal, aponta Juliana Damasceno, pesquisadora de Economia Aplicada do FGV Ibr.

Com o alto preço do gás, Simone, de 49 anos, é obrigada a retroceder à lenha para cozinhar no quintal de casa Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

Vitória dos Santos Macedo, de 21 anos, era ambulante na praia. Com a pandemia, deixou de trabalhar. Vivendo com o marido no Vale dos Eucaliptos, em Senador de Vasconcelos, Zona Oeste do Rio, a casa deles não tem água encanada, nem fogão, nem geladeira Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

Simone Souza Bernardes, 49 anos. Ela e os filhos, Aline, 6 anos, Marcos e Naiara, de 15, vivem na zona rural de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

Dados mostram que, com impacto da queda de renda durante a pandemia, 14% dos brasileiros que não eram considerados pobres em 2019 estão nesta

situação em 2021 Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

No caixote onde Simone está sentada, estão guardados os poucos mantimentos que se tem para a família, um pouco de farinha e feijão Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

A pequena Aline come as migalhas de um bolo Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

Casal Gustavo Moura e Naomi da Silva, no quartinho onde vivem no Jardim dos Eucaliptos, em Senador Vasconcelos. Eles estão sem trabalhar e esperam o primeiro filho Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

Júlio, que preferiu não mostrar o rosto, era lanterneiro e perdeu o emprego na pandemia. Com problemas na família, foi morar recentemente na rua, dormindo na Praça Jardim do Méier, Zona Norte do Rio Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

Além disso, a economista ressalta que a antecipação de recursos provenientes do petróleo descumpra a regra de ouro, uma norma fiscal que determina que a União não pode gerar dívida para pagar despesas correntes.

Pela regra, esse tipo de manobra só pode ser utilizada para custear investimentos em infraestrutura ou serviços como educação e saúde, que serão usufruídos pelas gerações futuras, que estarão pagando uma parte da dívida.

- O que me preocupa é institucionalizar a receita paralela e não atacar o fundamento do problema. As despesas com precatórios crescem há anos e vão continuar crescendo. A **reforma tributária**, por exemplo, ajudaria muito no sentido de simplificar a arrecadação de **impostos** e evitar que o contribuinte tenha que recorrer frequentemente à Justiça para receber créditos tributários que foram pagos a maior - avaliou a economista.

Segundo ela, boa parte dos precatórios também são relativos a ações previdenciárias, que poderiam ser evitadas com um sistema previdenciário mais eficiente.

***inseguranca-sobre-contas-publicas-dizem-especialistas-  
25149993***

Juliana aponta ainda que é muito estreito o espaço para o governo de ampliar gastos dentro do Orçamento. E o aumento da **inflação** reduz ainda mais esse espaço.

O Orçamento de 2022 foi definido com base no IPCA acumulado até junho de 2021, que ficou em 8,35%. No entanto, a economista aponta que 56% das despesas federais estão associadas ao INPC acumulado até dezembro deste ano.

Em junho, o INPC estava em 3,95% no ano. Em julho, o índice já saltou para 5,01%. Entre essas despesas estão aposentadorias e pensões do **INSS**.

- O INPC está vindo cada vez maior e colando no IPCA, reduzindo o spread. Existe uma preocupação de que mesmo com a aprovação da PEC dos Precatórios não seja possível aumentar o Bolsa Família sem estourar o teto.

#### Estruturação complexa

Para o consultor econômico Raul Velloso, o uso dos recursos do petróleo para arcar com o custo dos precatórios, além de gerar uma polêmica relacionada à regra de ouro, poderia levar muito tempo para ser implementado.

Isso porque além de toda a tramitação da PEC no Congresso, que precisa passar pelas duas Casas, existe ainda o tempo de estruturação do fundo, operação que segundo Velloso é complexa.

Para ele, a melhor solução, em última instância, para pagar as dívidas judiciais e abrir espaço para a ampliação do Bolsa Família seria a emissão de moeda.

- Não tem porque fazer antecipação de recebíveis. O governo pode emitir moeda, uma sistemática que foi muito usada pelos americanos e europeus na época do subprime.

Segundo Velloso, a ideia de que a emissão de moedas gera aumento de **inflação** nem sempre é verdade, principalmente quando a economia está desaquecida, como é o caso do Brasil.

- Existem vários fatores que elevam a **inflação**, e a emissão de moeda é um deles, mas não o único. E não ocorreria com a economia super desaquecida. Isso já foi feito em outros momentos, inclusive no Brasil.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/economia/pec-dos-precatorios-fundo-para-dividas-judiciais-gera->



# Proposta Tributária: Universalização do Benefício Previdenciário Empresarial (Colunas de Carlos Heitor Campani)

Rio

Olá, pessoal! No artigo de hoje quero dividir com vocês o ponto principal de um estudo acadêmico que publiquei em coautoria com Sandro Azambuja, professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tenho o compromisso de realizar pesquisas que sejam relevantes e impactem positivamente a nossa sociedade, dentro da minha linha de atuação profissional para a qual me preparei. E quero sempre levar os resultados da minha pesquisa acadêmica ao grande público, democratizando a fronteira do conhecimento, já que na maioria das vezes estudos científicos ficam restritos a poucos e, portanto, têm impacto limitado.

O estudo se chama "Redução da Desigualdade Tributária entre Empresas Via Novo Pilar Previdenciário" e foi recentemente publicado na Redeca (Revista Eletrônica dos Departamentos de Ciências Contábeis e Atuária e Métodos Quantitativos FEA/PUC-SP), em seu volume 8, número 1. Aqueles que desejarem o artigo acadêmico, basta entrar em contato comigo através das minhas redes sociais @carlosheitorcampani.

Atualmente, a lei prevê um benefício fiscal para empresas que patrocinam planos de previdência para seus colaboradores, ao permitir que se deduza diretamente do imposto de renda a pagar o montante total contribuído pela empresa a PGBLs de colaboradores. Este benefício é limitado a 20% da sua folha salarial, o que, para efeitos práticos, acaba por não ser um limite tão restritivo e, diga-se de passagem, é adequado ao que se propõe. A nossa grande crítica é que esse modelo é exclusivo das grandes empresas que podem optar pela tributação através do "Lucro Real".

Em nosso país, a escolha pelo modelo de tributação do "Lucro Real" não é, em verdade, uma opção. Uma empresa de pequeno (e, muitas vezes, de médio) porte não tem condições de arcar com os custos que esse regime tributário impõe. Com isso, quero afastar da discussão o argumento de que "basta a empresa optar pelo lucro real para ter o benefício", pois isso não é factível para a maioria das empresas brasileiras.

O ponto de discussão é importante porque se alinha ao que as melhores práticas corporativas pedem nos dias de hoje, a saber, que as empresas se preocupem não apenas com o "hoje" do colaborador, mas igualmente com o seu "amanhã", ou seja, com o seu futuro. A extensão do benefício estimularia mais pessoas a pouparem para suas aposentadorias, fomentaria uma melhor educação financeira na sociedade e incentivaria a poupança de longo prazo, que é altamente benéfica para o país. Isso é positivo também para a relação empresa-colaborador e se alinha às melhores práticas da boa sustentabilidade corporativa.

Não bastasse já o exposto, é eficiente que uma empresa patrocine planos de previdência privada, pois não há **tributos** para cada real investido e parte do benefício é, em verdade, pago pelo Governo quando este abre mão de **impostos**. Fosse esse real pago como salário, sairia dos cofres da empresa em vez de menos de um real, mais do que um real por conta dos **tributos** pagos sobre o salário. Por sua vez, o país também tem interesse em fomentar a previdência privada para que o sistema previdenciário público tenha mais condições de se desonerar, tornando-se mais eficiente para as camadas mais pobres da nossa sociedade. Em conclusão, é bom para todos os lados.

Não vejo razões para o benefício ser exclusivo das empresas que optam pelo lucro real. Ademais, o benefício desequilibra a competitividade de empresas em lucro presumido e optantes pelo Simples na busca pelos melhores profissionais, pois estes têm a tendência de optar pelas empresas que oferecem os melhores pacotes de benefícios. No estudo acadêmico publicado, calculamos a renúncia fiscal com a ampliação desse benefício fiscal às empresas tributadas pelo lucro presumido, pois, infelizmente, não há dados disponíveis que permitam estimar a mesma renúncia para empresas optantes pelo Simples.

Eu e o Prof. Sandro Azambuja construímos um modelo atuarial para estimar a renúncia fiscal máxima possível em R\$ 6,7 bilhões, correspondentes a aproximadamente 3,7% da arrecadação total anual de

IRPJ e CSLL . Esse é o valor da renúncia que potencializaria o aumento da produtividade do trabalhador, colaboraria para a retenção de profissionais qualificados em empresas menores e tornaria o sistema tributário mais equilibrado em seus benefícios.

Nós acreditamos que o preenchimento dessa lacuna na legislação beneficiará trabalhadores, empresas e o país, tendo em vista que a renúncia é, em nossa opinião, sustentável. Compare o valor da renúncia anual com o déficit do **INSS**, que já é superior a R\$ 200 bilhões desde 2018. Estimamos que algo em torno de 20 milhões de brasileiros seriam impactados pela extensão desse benefício apenas para empresas de lucro presumido e, portanto, 20 milhões de pessoas teriam maior segurança e estariam mais bem amparadas em suas aposentadorias.

Vale também lembrar que o governo, assim, exerceria o seu papel de protagonista na mudança cultural da sociedade brasileira, que historicamente é muito pouco poupadora e menos ainda afeita ao planejamento previdenciário. Todos sabem que esta é uma luta que tenho: estimular mais e mais brasileiros a construírem suas aposentadorias financeiramente equilibradas. Sigo firme! E, por esse motivo, sou a favor da universalização do benefício previdenciário empresarial. E você?

Um forte e respeitoso abraço a todos.

Carlos Heitor Campani é PhD em Finanças, Professor Pesquisador do Coppead/UFRJ e Consultor de Empresas.

Carlos Heitor Campani - Foto: Arte sobre Foto de Divulgação

**Site:** <https://valorinveste.globo.com/blogs/carlos-heitor-campani/coluna/proposta-tributaria-universalizacao-do-beneficio-previdenciario-empresarial.ghtml>

# Voto eletrônico é seguro e auditável, conclui TCU

Relatório técnico de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o sistema eletrônico de votação, adotado no Brasil há mais de duas décadas, concluiu que ele é confiável, seguro e perfeitamente auditável. O documento, ao qual o **Congresso em Foco** teve acesso, descreve em detalhes dezenas de procedimentos operacionais que garantem a integridade do processo.

O relatório espelha o entendimento da área técnica do TCU sobre o assunto e servirá de base para o voto do ministro Bruno Dantas, relator do processo que avalia a confiabilidade do voto eletrônico no país. O tema está na pauta desta quarta-feira (11) no plenário do TCU, que reúne os nove ministros do tribunal. Espera-se que o ministro relator acompanhe o parecer dos técnicos.

"Auditabilidade " do sistema é analisada

A análise do TCU se concentra principalmente no exame da chamada "auditabilidade" do sistema. Mas o trabalho de auditoria, que mobiliza especialistas em tecnologia e em diversas outras áreas vai prosseguir examinando aspectos como a transparência do processo.

Razão A ferocidade com que Bolsonaro tem se posicionado Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi uma das razões que levaram, semana passada, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, a cancelar reunião que teria com o presidente da República.

Vazamento Para tentar provar que o voto eletrônico possibilita fraudar as eleições, Bolsonaro e o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) vazaram na última quinta-feira (5) o Inquérito 1065955-77.2020.4.01.3400, que tramita em segredo de justiça na 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. Por causa disso, o TSE enviou na segunda (9), ao Supremo, pedido de abertura de investigação criminal contra os dois políticos.

Foi o próprio TSE quem pediu a abertura do inquérito policial, que apura a responsabilidade por dois acessos indevidos ocorridos no sistema de votação, o primeiro em abril de 2018 e o outro em novembro do mesmo ano.

Relatório "O sistema atual / de votação eletrônica foi implementado a partir da identificação de vulnerabilidades históricas que maculavam os resultados das eleições, especialmente em razão das intervenções humanas nas diferentes etapas do processo eleitoral".

**Site:**

<https://flip.maven.com.br/pub/diariodaamazonia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=46615>

# Entre os partidos e o governo, eles ficaram com os partidos - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

Ministros de Jair Bolsonaro passaram esses dois últimos dias divididos entre ajudar o presidente da República a tentar cabalar votos pelo voto impresso ou atender os partidos. A maioria, porém, preferiu passar longe do voto impresso defendido pelo chefe do Poder Executivo e a deputada Bia Kicis (PSL-DF). O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, praticamente lavou as mãos. O mesmo fez a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, que não foi ao Congresso acompanhar in loco a tramitação do texto. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, já deu, inclusive, declarações contra a proposta. Flávia passou o dia concentrada em atender deputados e mais afeita a propostas como a **reforma tributária**. O momento é de tratar de projetos que sirvam para estabilizar o país.

» » » Em tempo: independentemente do placar, a ordem dentro do bolsonarismo raiz é continuar a repisar que eleições sem voto impresso são problemáticas e sujeitas a fraude, embora tenham sido

eleitos por esse sistema. Ou seja: acolhe-se o resultado, mas não se mexe no discurso.

Ficamos assim I

Militares de alta patente passaram o dia ao telefone para esclarecer, aos demais Poderes da República, que o desfile na Esplanada nada teve a ver com recados ao Congresso ou apoio a ações heterodoxas, fora das linhas da Constituição. Ex-ministros da Defesa ajudaram e muito nessa tarefa. Os políticos, aliás, avaliavam depois que os telefonemas eram mais para dizer que as Forças Armadas precisam de orçamento para renovar seus equipamentos.

Ficamos assim II

Quanto mais Bolsonaro falar em agir fora das linhas da Constituição, menos recursos serão destinados às Forças Armadas para recuperação de equipamento bélico. As prioridades, especialmente em ano eleitoral, são saúde, educação e área social como um todo.

Alckmin x Doria

Ao anunciar em Santos que deixará o PSDB, o ex-governador Geraldo Alckmin, pré-candidato ao governo de São Paulo, retoma os laços com o ex-governador Márcio França (PSB), seu vice, que assumiu em 2014 e terminou derrotado por João Doria, em 2018. A parceria já está praticamente selada.

E a CPI, hein?

O relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL), tem sido muito direto ao dizer que já tem elementos capazes de corroborar a tese de que o governo apostou na imunização de rebanho contra a covid-19 e que essa postura teve consequência um elevado número de mortes. Será uma acusação em que citará Bolsonaro diretamente.

CURTIDAS

Prioridade deles/ Mesmo com as caixas de mensagens entupidas com e-mails e WhatsApps a favor do voto impresso, muitos deputados estavam convictos de que era preciso encerrar esse assunto o quanto antes para passar a discutir o que realmente

interessa às excelências: o Distritão. O líder do DEM, Efraim Filho (PB, foto), é um dos maiores entusiastas dessa proposta.

Cálculo político/ A ideia de colocar uma série de medidas provisórias em pauta antes do voto impresso foi proposital. Assim, não daria tempo de muita repercussão negativa para quem votasse contra a proposta.

Para frente é que se anda/ Aliás, os deputados consideram que os assuntos que geraram tensão duram apenas alguns dias. Foi assim, por exemplo, com o episódio da prisão do deputado Daniel Silveira.

Resumo da ópera/ Passado o desfile, restou a certeza de que os equipamentos militares estão sucateados. Em rodas de conversa, alguns deputados brincavam: "Se o Paraguai quisesse nos invadir, teríamos problemas".



# Câmara derrota Bolsonaro e rejeita PEC do voto impresso



Debate. Deputados discutem proposta de implantação do voto impresso no Brasil, em sessão presidida por Arthur Lira

**VINICIUS VALFRÉ, LAURIBERTO POMPEU, ANDRÉ SHALDERS, CAMILA TURTELLI e ANNE WARTH**

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, na maior derrota política do presidente Jair Bolsonaro desde o início do mandato, em 2019. Para que o texto fosse aprovado, o governo precisaria do apoio de no mínimo 308 deputados, mas só obteve 229 votos favoráveis. O placar registrou, ainda, 218 votos contrários e uma abstenção. A PEC se tornou pivô de uma crise entre os poderes depois que Bolsonaro passou a ameaçar as eleições de 2022 sob o falso argumento de que a urna eletrônica permite fraudes.

A derrota ocorreu no mesmo dia em que Bolsonaro foi o convidado de honra de um desfile que reuniu blindados na Praça dos Três Poderes e serviu para acirrar ainda mais os ânimos.

Antes da votação, vários deputados de espectros ideológicos diferentes, da esquerda à direita, se reuniram com dirigentes de seus respectivos partidos e decidiram dar uma resposta "à altura" ao que classificaram como ameaça golpista e afronta ao Congresso.

Cinco dias após a comissão especial da Câmara ter derrubado a proposta, o plenário seguiu a mesma linha. O placar negativo contou até mesmo com o apoio de parlamentares da base governista e o Centrão rachou.

Principal partido do bloco, o Progressistas de Lira e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, entregou 16 votos a favor da PEC e 13 contra. O PL, com Flávia Arruda na Secretaria de Governo, também se dividiu: 23 deputados foram contra a bandeira de Bolsonaro e 11 a favor.

O deputado Aécio Neves (PSDB-MG) foi o único que se absteve. Houve 64 faltas e muitas traições. Uma PEC só recebe sinal verde com aval de 308 deputados e 49 senadores, com dois turnos de votação em cada Casa.

Após uma sessão que durou mais de quatro horas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), agradeceu seus pares. "A democracia do plenário desta Casa deu uma resposta a este assunto. E na Câmara eu espero que este assunto esteja definitivamente enterrado", afirmou ele, após o arquivamento da proposta.

Mesmo assim, Lira pregou a união entre os Poderes para encontrar uma alternativa. "É importante que haja bom senso, de agora em diante, por parte do Executivo e do Judiciário, para que todos nós possamos nos sentar e escolher uma maneira racional, clara e objetiva, de aumentarmos a transparência e a auditagem", disse. O presidente da Câmara afirmou que dúvidas que ainda possam pairar "têm de ser respeitadas".

Como mostrou o Estadão, mesmo com o revés o Palácio do Planalto avalia que ganhou o discurso do voto impresso porque semeou uma dúvida na cabeça de eleitores sobre a idoneidade das urnas eletrônicas.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas- PR), chegou a articular uma emenda para modificar o texto e fazer com que apenas uma porcentagem de 2% das urnas fosse alterada para imprimir o voto. O acordo não obteve sucesso, mas Lira deu sinais de que a conversa pode ser retomada com o TSE e o Supremo. Na semana passada, o presidente do Supremo, Luiz Fux, cancelou a reunião entre os chefes dos Poderes por causa dos insultos desferidos por Bolsonaro contra os magistrados e a Justiça Eleitoral.

Em termos numéricos, o pior revés sofrido pelo governo até hoje foi em 23 de março, na votação de um projeto de lei complementar que liberava concursos na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em universidades federais. Embora a liderança do governo tenha votado "não", 436 deputados votaram a favor da proposta e apenas 30 contra.

Crise. A derrota na PEC do voto impresso, porém, tem um alto custo político. A proposta foi objeto de uma crise institucional provocada por Bolsonaro, que aumentou os ataques contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Nos últimos dias, Bolsonaro xingou o presidente do TSE Luis Roberto Barroso, de "filho da p..." por sua posição contrária ao voto impresso e afirmou que a "hora" do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ia chegar. A pedido do TSE, Moraes incluiu Bolsonaro no inquérito das fake news.

Até agora o presidente tem dito que não aceitará o resultado das eleições sem mudanças no sistema eleitoral. A leitura política é a de que Bolsonaro está criando a narrativa para se precaver, caso seja derrotado na eleição de 2022. Atualmente, seu maior adversário é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas de intenção de voto.

"É um processo de desacreditar as eleições futuras. Se o Lula ganhar as eleições, terá sido fraude. Não é elemento técnico; é político. Quer construir um tumulto impresso", ironizou Alice Portugal (PCdoB-BA) O Estadão apurou que, nos bastidores, o próprio Lira se mobilizou para garantir o enterro da PEC. O presidente da Câmara avaliou que era preciso tirar esse assunto de cena para votar outras propostas importantes, como a da **reforma tributária**.

Lira não compareceu ontem ao desfile bélico que passou pela Esplanada, mas a maior ausência foi a do vice-presidente Hamilton Mourão (Mais informações na pág.A8). Sob pretexto de entregar um convite a Bolsonaro para manobras militares que serão realizadas no próximo dia 16, em Formosa, o desfile bélico que passou pelos arredores do Congresso foi visto até por aliados como uma tentativa de Bolsonaro de demonstrar poder.

De autoria da deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), a PEC rejeitada instituía um mecanismo para que todas as urnas eletrônicas do País passassem a imprimir o registro do voto e acabou se transformando em um cabo de guerra. "Mas é um tema que parcela da sociedade incorporou", destacou Filipe Barros (PSL-SP), relator do texto na comissão especial.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Lira: "Assunto está encerrado"



Foi uma sessão democrática onde todos puderam se expressar, puderam falar, puderam defender a tese A ou tese B. Mas, ao final, o resultado da PEC não alcançou o quórum específico para a sua aprovação"

■ Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

EVARISTO SÁ/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Líder do governo na Câmara, Ricardo Barros já admitia a derrota antes da votação

Brasília - Mesmo com a derrota da proposta do voto impresso para as próximas eleições na Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que pretende manter viva a discussão no Legislativo sobre mudanças no sistema de votação. Ele defendeu que os três poderes se reúnam para discutir melhorias na auditoria dos votos. "O resultado é soberano. O assunto está encerrado", disse Lira sobre as eleições de 2022. Para valer no ano que vem, qualquer alteração nas regras eleitorais precisa ser aprovada até outubro deste ano. "Foi uma sessão democrática onde todos puderam se expressar, puderam falar, puderam defender tese A ou tese B, mas ao final o resultado da PEC não alcançou o quórum específico para sua aprovação", afirmou. "Ela [a PEC] vai ao arquivo e, com respeito à Câmara dos Deputados, esse assunto está, neste ano, com esse viés de constitucionalidade, encerrado. Nós não teríamos tempo nem espaço para iniciar nova discussão", prosseguiu. "Há, como disseram alguns, a possibilidade de uma discussão ainda no Senado. Que

eu também, pela longevidade da PEC que lá se encontra, eu não vejo essa possibilidade clara. Mas nesse aspecto, eu queria reafirmar que esse tema não exige e não precisa de vencidos, nem vencedores", frisou.

O presidente da Câmara disse que, daqui em diante, é preciso "bom senso" dos chefes de poderes para que haja diálogo sobre uma maneira "racional, clara e objetiva" de aumentar a transparência e a auditoria das urnas, e resolver as dúvidas que possam pairar sobre o sistema eleitoral. Lira disse ainda que se reunirá com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para viabilizar esse diálogo. Questionado, preferiu não apresentar solução para aumentar a auditoria das urnas - mas citou a possibilidade de ampliar o número de urnas eletrônicas submetidas à verificação. "A nossa obrigação agora é sentarmos todos à mesa, sem vencidos nem vencedores, cumprindo cada um seu papel constitucional, com autocontenção dos poderes. Para que o assunto possa ser tratado com mais parcimônia e menos polarização", afirmou.

Mais cedo, antes da votação, Lira afirmou: "Eu não vou mudar um minuto do que venho falando nos últimos dois ou três meses. Todos os deputados que estão aqui foram eleitos pelo sistema de urna eletrônica. Eu venho dizendo que eu já participei de oito eleições, seis delas no sistema eletrônico. Eu não posso, nem devo, nem tenho prova para dizer que o sistema não é correto, mas eu disse também que não custa nada chegarmos a um acordo pacífico entre os poderes para aumentar a auditoria das urnas", disse o presidente da Câmara aos jornalistas.

No plenário da Câmara, legendas como PSD, PSB, PSDB e MDB orientaram as bancadas a votar contra a proposta. Mesmo entre as siglas aliadas do governo não houve apoio em bloco à bandeira do governo. OPL também orientou o voto contra. As lideranças de Republicanos e PSL pediram para que as bancadas votassem a favor. O Progressistas, de Arthur Lira e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, liberou os parlamentares para que votassem como quisessem.

O próprio presidente da Câmara se mobilizou para garantir a rejeição da PEC. Lira avaliou que era preciso tirar esse assunto de cena para votar outras propostas importantes, como a da **reforma tributária**. Líderes de partidos contaram, sob reserva, que receberam telefonemas do presidente da Câmara pedindo votos contrários das bancadas.



O desfile bélico na Praça dos Três Poderes, na manhã de ontem, serviu para acirrar ainda mais os ânimos e aumentou o racha no Centrão. Antes da votação, vários deputados de partidos da esquerda à direita se reuniram e discutiram a importância de dar uma resposta "à altura" ao que classificaram como afronta ao Congresso. Com apoio da cúpula das Forças Armadas, Bolsonaro promoveu uma ação inédita em Brasília, com um comboio de blindados desfilando pela Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios.

Antes defensor da proposta, o PSDB resolveu fechar questão contra a PEC. Dessa forma, o deputado tucano que decidiu votar favoravelmente à proposta poderia sofrer punição do partido. Outras legendas, como DEM e Solidariedade, também optaram pelo mesmo caminho. Mesmo entre as siglas aliadas do governo não houve apoio em bloco à bandeira do governo. O PL também orientou o voto contra. O Progressistas liberou os parlamentares para que votassem como quisessem.

Antes de cair no plenário, a iniciativa havia sido derrubada pela comissão especial da Câmara na semana passada, por 23 votos contrários a 11 favoráveis, mas Lira decidiu pautá-la para que todos os parlamentares se posicionassem. Após a derrota na comissão, o Palácio do Planalto agiu para tentar salvar a proposta. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), chegou a articular uma emenda para modificar o texto e fazer com que apenas uma porcentagem de 2% das urnas fosse alterada para poder imprimir o voto. O acordo, porém, não obteve sucesso. Com a derrota de Bolsonaro e o tom de ameaça e afronta à democracia **impostos** reiteradamente pelo governo, representantes do Congresso, do Judiciário e o ministro da Casa Civil avaliaram a construção de uma solução para "esfriar" o clima de conflito entre as instituições.

Para o líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), a votação passa um recado ao governo federal. "Dizemos não às intimidações, não à desestabilização das eleições, não à tentativa de golpe de Bolsonaro. Queremos no ano que vem eleições limpas, seguras, tranquilas e pacíficas, como o sistema atual garante", disse Molon.

A deputada Bia Kicis (PSD-DF) classificou a rejeição da proposta do voto impresso como "lástima". Foi ela quem apresentou o texto na Casa. "Precisávamos de 308 votos, conseguimos 229 apenas. A Câmara enterrou a possibilidade de auditarmos as eleições. Uma lástima! Agradeço ao povo brasileiro que ficou firme nessa luta. Parabéns a esse povo guerreiro", afirmou a parlamentar.

TCU diz que urna é segura

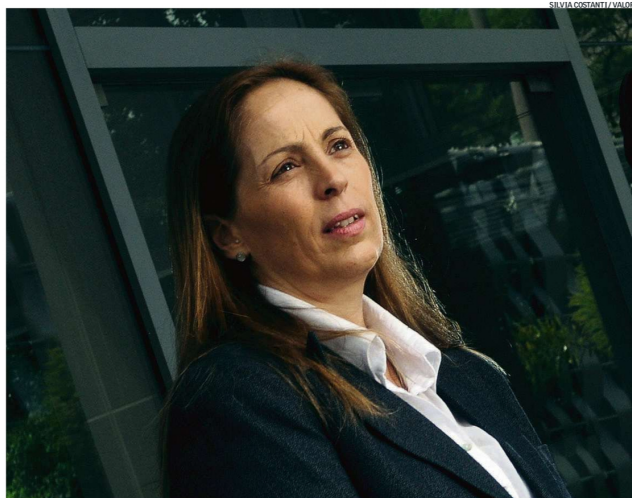
Brasília - O Tribunal de Contas da União (TCU) fez auditoria sobre as urnas eletrônicas e concluiu que o voto eletrônico é seguro. Foi a primeira vez que o tribunal fez esse tipo de auditoria para avaliar a confiabilidade do atual sistema de votação do país, que foi implantado em 1996. De acordo com o Tribunal de Contas, há diversas formas de fazer auditoria nas urnas eletrônicas, por isso, o sistema é seguro.

O relatório tem mais 70 páginas detalhando a auditoria nas urnas eletrônicas. O tribunal diz que existem mecanismos de auditoria que permitem acompanhar todo o processo de votação. "Houve um inegável avanço nos quesitos de segurança e confiabilidade das eleições a partir da implementação da votação eletrônica, que minimizou riscos de intervenção humana. Existem mecanismos de auditoria criados em todo o processo de votação, desde a etapa de desenvolvimento do sistema, passando pela realização de testes públicos de segurança, testes de integridade, votação paralela e até a totalização e a divulgação dos resultados, contemplando as medidas de verificação, mesmo após a conclusão do processo eleitoral".

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/08/2021/p10>

# Mercado já vê piso de 7% para taxa Selic



Camila de Faria Lima, da Canvas: Há risco de o Copom entrar em 2022 precisando dar continuidade a ciclo de aperto

**Victor Rezende, Felipe Saturnino e Marcelo Osakabe De São Paulo / Alex Ribeiro e Mariana Ribeiro De São Paulo e Brasília**

Apesar da aceleração, a **inflação** de serviços mostrou comportamento um pouco abaixo do esperado

A percepção no mercado de que a taxa básica de juros chegará a pelo menos 7% ao ano no fim do atual ciclo de ajustes foi fortalecida ontem com a divulgação da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Embora não tenha trazido elementos que alterem a sinalização do rumo dos juros, o documento reforçou as justificativas para uma ação mais tempestiva e para a necessidade de a Selic subir a níveis restritivos, segundo analistas.

"O nível de T/o virou piso. Como estamos com uma perspectiva mais favorável para a atividade e vemos uma persistência maior da **inflação**, principalmente no que se relaciona aos serviços, passamos a ver que o movimento de alta de juros terá de ser maior", diz o economista-chefe da Trafalgar, Guilherme Loureiro, cujo cenário básico aponta para a Selic em 8% no fim do ciclo. "Quanto mais incisivo o BC for, mais cedo ele pode parar, com uma alta total menor e menos custosa em termos de crescimento." Ainda na avaliação de Loureiro, o risco fiscal foi o gatilho para o Copom começar a indicar que a Selic deverá terminar o ciclo em um nível acima do neutro. "Foi a novidade da ata essa explicitação de que a assimetria do risco fiscal é que forçou o Banco Central a colocar a taxa Selic no terreno contracionista", aponta o economista. Para ele, diante da elevada incerteza quanto à trajetória das contas públicas, a composição da **inflação** também preocupa ao dar sinais de maior

pressão em itens inerciais, ainda que choques em alimentos e em bens industriais tendam a se dissipar.

A preocupação do economista João Leal, da Rio Bravo Investimentos, também está na **inflação** de serviços. "É o que tem demonstrado maior pressão inflacionária e nossa visão é de que serviços vão continuar pressionando a **inflação** tanto no fim deste ano quanto em 2022", diz. O IPCA de julho, divulgado ontem, mostrou maior pressão nos preços de serviços, o que contribui com a avaliação de Leal de que a **inflação** desse segmento deve continuar pressionada nos próximos meses.

Apesar da aceleração, a **inflação** de serviços mostrou comportamento um pouco abaixo do esperado, o que ajudou a dar algum alívio ao mercado de juros futuros. Na B3, a taxa do DI para janeiro de 2022 caiu de 6,525% para 6,49% ao ano ontem, enquanto a taxa do DI para janeiro de 2023 cedeu de 8,215% para 8,085%. A leitura de que a ata não trouxe grandes novidades em relação ao **comunicado** divulgado logo após o encontro da semana passada também deu algum alívio às taxas.

"As novidades contidas na ata não mudam o tom, mas adicionam elementos ao balanço de riscos", aponta Leal. Ele nota que, em documentos anteriores, o BC destacou a melhora na percepção fiscal, mas agora, voltou a adicionar a colocação de preocupação com esse risco.

"É possível que o BC esteja olhando as preocupações com o Orçamento do ano que vem e com o cumprimento ou não do teto de gastos", diz. Para o economista da Rio Bravo, as ameaças são grandes e geram volatilidade, mas não representam "alteração relevante" no fundamento fiscal.

Além da questão fiscal, a economista-chefe da Canvas Capital, Camila de Faria Lima, também observa que o Copom buscou reforçar o compromisso com a meta de **inflação** ao explicitar na ata que está tentando entender a diferença entre suas projeções de **inflação** e as do mercado. Enquanto o colegiado estima que o IPCA encerrará 2022 em 3,5%, as expectativas inflacionárias do Boletim Focus apontam para uma **inflação** de 3,84% no próximo ano.

"O BC se preocupa com as expectativas de **inflação** de 2022 acima de 3,5% e, além disso, há o fato de estarmos em um ciclo de aperto e com o aviso de que a Selic terminará acima do nível neutro. Mesmo com o

ajuste na comunicação, as projeções de **inflação** continuam piorando. É uma forma do BC chamar a atenção para ver se faz sentido a continuidade da piora das estimativas diante do que já está sendo feito", diz a economista.

Após a decisão do Copom na semana passada, a Canvas passou a projetar uma elevação de 1 ponto percentual na Selic em setembro, com uma taxa de 7,5% no fim do ano. O risco, porém, de acordo com a economista, é o de que o colegiado entre em 2022 com a necessidade de dar continuidade ao ciclo e tenha de levar o juro básico a níveis ainda mais altos, talvez para 8%, a depender da evolução da **inflação** e das expectativas.

O compromisso do Copom com a meta de **inflação** também é destacado pelo economista-chefe do banco Fibra, Cristiano Oliveira, ao observar que o colegiado decidiu adiantar o ciclo de alta e promover um ajuste mais tempestivo "porque pretende mostrar que vai fazer o que for necessário para entregar a **inflação** na meta no horizonte relevante". O profissional enfatiza que, na ata, fica latente que o risco fiscal confere um viés de alta às projeções de **inflação** do colegiado, o que implicaria em uma Selic acima de 7% no fim do ciclo.

Assim, para Oliveira, o juro básico irá subir, no mínimo, até 7,5%. O Fibra, inclusive, projeta que a taxa deverá terminar dezembro nesse nível. "Achamos que 7,5% é um nível adequado, embora seja um cenário assimétrico para cima: com a dinâmica da **inflação** e a perspectiva de fiscal frouxo à frente, hoje há mais chance de ser 8% do que 7%. Mas deve ficar na faixa entre 7,5% e 8%", afirma.

Diante do "compromisso inequívoco" assumido pelo Copom ao perseguir as metas de **inflação** no horizonte relevante, o Original elevou sua projeção para a Selic no fim deste ano de 7,25% para 8%. "Por um lado, os destaques dados pelo próprio Copom ao seu balanço de riscos-vis-à-vis o seu cenário básico-nos sugerem que o viés ainda é entregar um ciclo mais extenso que o nosso; por outro, a ancoragem de 2023 revela o risco de "overshooting (ou exagero" de juros reais muito mais altos que os 4,75% implícitos nesses 8% nominais", apontam os economistas Marco Antonio Caruso e Lisandra Barbero.

Nos cálculos do Original, para que a expectativa mediana do Focus de 3,84% de **inflação** de 2022 caminhasse para 3,50%, a Selic precisaria passar para cerca de 8,5%. "No entanto, é importante levar em consideração que a meta de 2023 tem alguma importância na tomada de decisão do Copom", alertam os economistas. Nos cálculos, eles dão peso de 25% para o ano-calendário de 2023 a partir do quarto

trimestre deste ano e 75% de peso para 2022. Com esse pano de fundo em mãos, concluem que "uma Selic terminal de 8% em 2021 seria consistente com todo o horizonte relevante do comitê".

O tom mais duro da ata devolveu a política monetária de volta ao centro das atenções do mercado de câmbio. Após dias repercutindo o solavanco trazido pelas questões fiscal e política, bem como dados do mercado de trabalho dos Estados Unidos, o dólar voltou a se enfraquecer e fechou cotado a R\$ 5,1967, baixa de 0,96%.

Uma Selic mais alta eleva o diferencial de juros com o exterior e, com isso, torna o real uma moeda mais atrativa para investidores. E a confiança em um patamar final mais alto dos juros neste ano acabou reforçada pelo diretor de política monetária do BC, Bruno Serra Fernandes. Em conferência organizada pelo Goldman Sachs, o dirigente afirmou que "o BC vem ajustando grau de aperto monetário necessário conforme o cenário vem piorando" e "vai fazer o que for necessário para entregar o centro da meta em 2022 e 2023".

"Estamos vendo mais uma demonstração clara de força do real. O "payroll" [relatório de emprego dos EUA] na sexta-feira jogou para cima os juros longos americanos, o que está pesando sobre todas as moedas emergentes. A única divisa que se valoriza contra o dólar no momento é o real, graças à sua enorme desvalorização", escreveu o economista-chefe do Instituto Internacional de Finanças (IIF), Robin Brooks, em seu perfil no Twitter.

Para a economista-chefe e estrategista de câmbio do banco Ourinvest, Fernanda Consorte, a melhora do câmbio na sessão de ontem ocorreu graças ao tom do BC. "A explicação do governo para a PEC dos precatórios - embora eu não compre muito - parece que agradou um pouco o mercado no sentido de que não iria ter grande mudança fiscal", complementa a profissional. "De qualquer forma, estamos em um momento de grande volatilidade e isso deve continuar. Mesmo com o BC indicando outra alta de 1 ponto da Selic, ainda não conseguimos ver queda relevante do dólar, o que demonstra que as preocupações políticas e fiscais são muito maiores."

-  
Copom deixa de falar em evolução positiva de riscos fiscais no país

O Comitê de Política Monetária (Copom) Banco Central deixou de fazer referência a uma "evolução recente mais positiva" dos riscos fiscais, como vinha fazendo até então, no trecho da sua ata que justifica

sua decisão mais dura de política monetária tomada em reunião realizada na semana passada.

A mudança na mensagem do Banco Central ocorre na esteira de iniciativas do governo que vêm sendo questionadas pelo mercado financeiro, como a perda de receita na proposta de **reforma tributária** e o parcelamento dos precatórios para abrir espaço para mais gastos no ano que vem.

De acordo com o colegiado, os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções de **inflação** e uma política monetária ainda mais restritiva que a prevista pelo mercado, que até então apostava num ciclo de aperto que leve a taxa Selic a 7% ao ano. Hoje, a pesquisa Focus de mercado já aponta 7,25%, e muitos analistas projetam 7,5%, 8% ou até mais do que isso.

Na semana passada, o Copom acelerou o passo do aperto monetário com uma alta de um ponto percentual, em vez do 0,75 ponto percentual adotado no encontro anterior. Com isso, a taxa Selic passou de 4,25% para 5,25% ao ano. Também sinalizou uma alta de mais 1 ponto para setembro e indicou que pretende levar a política monetária para o nível restritivo, e não mais para um patamar neutro.

Apesar da piora no quadro fiscal, em **comunicado** após a reunião da semana passada o Copom havia deixado intacto o chamado balanço de riscos para a **inflação**, onde descreve, entre outros fatores, a sua visão sobre as incertezas relacionadas ao equilíbrio das contas públicas.

Agora, no balanço de riscos, o Copom continua assinalando que houve recentemente "uma melhora nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública". Porém, o colegiado tirou a menção à melhora nas contas públicas no trecho em que os seus membros fazem a discussão sobre a implementação da estratégia de política monetária.

Até a ata de junho, o Copom dizia que "apesar da evolução recente mais positiva, os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções" de **inflação**. Desta vez, disse apenas que "os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções" de **inflação**.

Na ata, os membros do Copom também discutiram os fatores que levam o mercado a estar mais pessimista do que o Banco Central sobre o futuro da **inflação**. O BC projeta **inflação** de 3,5% para 2022 no seu cenário básico, exatamente na meta, enquanto o mercado prevê 3,8%.

Dentre os fatores que podem explicar essa diferença,

a ata destacou diferentes visões do mercado financeiro sobre a função de reação do Banco Central. Ou seja, para alguns, o Copom reagiria com menos vigor a esse avanço previsto na **inflação** do que para outros.

O documento citou outras possíveis explicações. As hipóteses dos economistas privados para determinantes da **inflação** podem ser diferentes, como no caso de preços administrados e crescimento econômicos. "A longa sequência de choques e revisões unidirecionais das expectativas pode gerar um aumento da percepção da inércia inflacionária", destacou a ata.

O Copom tratou com preocupação, em particular, a possibilidade de nova deterioração nas expectativas ligada "a piora recente em componentes inerciais dos índices de preços, em meio à reabertura do setor de serviços".

Diante desse quadro, o comitê decidiu reafirmar o seu "compromisso inequívoco na persecução das metas de **inflação** no horizonte relevante de política monetária".

Sobre a atividade econômica, o Banco Central disse que a retomada tem evoluído da forma esperada e afirmou que o mercado continua com um cenário mais forte no segundo semestre devido a dificuldades de dessazonalizar dados econômicos.

Em junho, o Banco Central publicou um box em seu Relatório de **Inflação** em que argumenta que a pandemia foi um choque atípico muito importante e que cria dificuldades pra dessazonalizar os dados do crescimento da economia. O BC faz alguns ajustes na dessazonalização e verifica que, segundo esse critério, o crescimento tem sido menor.

Outra mudança na ata foi o Copom deixar de dizer, com fazia até o documento de junho, que "os dados de atividade e do mercado de trabalho formal sugerem que a ociosidade da economia como um todo se reduziu mais rapidamente que o previsto, apesar do aumento da taxa de desemprego".

No cenário internacional, o Copom disse que os riscos de "aumento duradouro da **inflação** nos Estados Unidos e a consequente reprecificação nos mercados financeiros" podem tornar o cenário desafiador para as economias emergentes.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976)



# Riscos políticos e fiscais voltam a pressionar, e Ibovespa cai 0,66%

**Gabriel Roca e Olívia Bulla De São Paulo**

As incertezas domésticas voltaram a pesar no mercado de renda variável ontem, levando o Ibovespa a um novo dia de perdas. Riscos políticos e fiscais e incertezas acerca do ciclo de aperto monetário foram apontados como fatores que reduziram a demanda dos agentes financeiros por ativos de risco.

Assim, o Ibovespa terminou a sessão em queda de 0,66%, aos 122.202,47 pontos, próximo das mínimas intradiárias de 122.061 pontos. Nas máximas do dia, o índice subiu aos 123.021 pontos. O giro foi de R\$ 19,9 bilhões.

O pregão foi marcado por movimentos antagônicos. Enquanto as ações de empresas de commodities pegaram impulso em um cenário externo mais favorável e fecharam o dia em alta, os papéis relacionados ao ciclo de crescimento da economia local mostraram um desempenho mais fraco.

As ações da Vale ON, por exemplo, subiram 0,96%, e os papéis de siderúrgicas também exibiram alta firme. A Gerdau PN subiu 2,54% e Usiminas PNA avançou 2,70%. A Petrobras PN fechou o dia em alta de 0,32% e a Petro-Rio ON teve ganhos de 6,48%.

Por outro lado, investidores relataram desconforto com o clima de maior risco político, diante da votação da PEC do voto impresso, do desfile militar na Esplanada dos Ministérios e das tensões entre líderes dos poderes da República.

"Você tem uma economia se recuperando, saindo lentamente da crise da pandemia e resultados corporativos melhorando. Mas o ruído político e fiscal é muito grande. Isso já não ajuda o investidor local, que olha muito no detalhe, mas para o estrangeiro é pior", afirma o gestor da Infinity Asset Fernando Siqueira.

Segundo ele, o cenário político gera uma situação desconfortável nos mercados, que acaba retirando o apelo por ativos de risco. "Vale observar o que aconteceu na América Latina, que passou por sucessivas crises políticas e a região acabou abandonada pelo investidor estrangeiro. Não estamos nesse mundo ainda, mas essas discussões têm nos atrapalhado nos últimos meses", diz.

Profissionais também apontam uma influência negativa das declarações do diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, nas ações locais. Segundo ele, a instituição vai fazer o que for necessário para entregar o centro da meta no horizonte relevante - em 2022 e 2023. "Essa é a sinalização do BC e isso diz tudo", enfatizou o dirigente, durante evento promovido pelo Goldman Sachs.

O estrategista da RB Investimentos, Gustavo Cruz, classifica a mensagem como correta, diante da necessidade de ancorar as expectativas de **inflação** no país, mas reconhece que a perspectiva de que os juros possam subir mais do que os participantes do mercado esperavam é negativa para a bolsa local. Ele ressalta também que Serra se mostrou menos otimista com a atividade no fim do ano e preocupado com as projeções - um sinal de alerta, segundo Cruz, devido à credibilidade elevada da instituição.

Assim, quase todas as companhias do Ibovespa ligadas ao ciclo de crescimento da economia local terminaram o pregão em queda. Os bancos puxaram as perdas, com os papéis PN do Itaú recuando 1,76% e as ações ON do Banco do Brasil em queda de 2,54%. Construtoras, locadoras de veículos, concessionárias de rodovias e shop-pings também registraram desempenho negativo. As ações da MRV ON caíram 2,03%, Localiza ON cedeu 2%, CCR ON recuou 2,89% e os papéis da Iguatemi ON fecharam em queda de 3,74%, apesar do balanço bem avaliado pelo mercado.

Rodrigo Moliterno, chefe de renda variável da Veedha Investimentos, ressalta que as empresas do país vêm entregando resultados robustos, mas o ambiente macroeconômico segue desafiador.

"Pelos resultados que a gente vem acompanhando, você vê que, no ambiente microeconômico, as empresas se organizaram e estão produzindo. Houve aumento de receita, e a demanda está crescendo. Os resultados estão bem acima das expectativas dos analistas", afirma. "O que nos emperra é sempre esse nosso ambiente macroeconômico. Não pode estar tudo caminhando tranquilamente que sempre tem algum fato para destoar. Hoje as perspectivas sobre os juros, as incertezas sobre a **reforma tributária** e o

risco político deram um pouco de desânimo, apesar dos resultados." Em contraste com o desempenho local, Wall Street anotou novos recordes na Bolsa de Nova York (Nyse), com o Dow Jones e o S P 500 fechando nas máximas históricas puxados por ações de crescimento, enquanto o Nasdaq cedeu 0,49%, depois da aprovação, no Senado americano, de um pacote de infraestrutura de US\$ 1 trilhão.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976)**

# Além do voto impresso, conheça as outras derrotas que Bolsonaro acumula no Congresso

**Rayanderson Gerra**

Presidente Jair Bolsonaro Foto: Aloisio Mauricio / Fotoarena / Agência O Globo

RIO - Desde o início da atual legislatura, a base fiel do presidente Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados e no Senado amarga derrotas em temas variados, que vão de tópicos controversos e vistos como bandeiras da ala ideológica do bolsonarismo a pontos defendidos pela equipe econômica. Derrotada nesta terça-feira no Congresso, a PEC do voto impresso foi o mais recente tema alvo de disputa entre parlamentares, de narrativa nas redes sociais e defesa incondicional do presidente. Antes da tese de fraude nas urnas eletrônicas, outros temas insuflaram os aliados de Bolsonaro, pautaram o debate político e terminaram engavetados ou rejeitados.

Em junho de 2019, o Senado rejeitou um decreto assinado por Bolsonaro, que buscava flexibilizar a posse e o porte de armas no país. O Decreto 9.785 autorizava a concessão de porte a 20 categorias profissionais e aumentava de 50 para 5 mil o número de munições disponíveis anualmente a cada proprietário de arma de fogo. O tema foi um dos pilares da campanha presidencial de Bolsonaro e passou a ser tratado como prioridade pelo governo.

Ainda na área da segurança, Bolsonaro foi pressionado no início deste ano pela chamada bancada da bala a fatiar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que destrava o pagamento do auxílio emergencial para preservar forças de segurança, como policiais, de medidas de ajuste fiscal previstas no texto, inclusive a possibilidade de congelamento de salários. Apesar das tentativas e articulações, a Câmara rejeitou a proposta e incluiu os agentes nos cortes. A medida levou a manifestações e protestos da categoria contra o presidente.

Bolsonaro e Ciro Nogueira juntos durante a posse do novo ministro da Casa Civil. A pasta é considerada a mais importante do Executivo e concentra todas as nomeações da máquina pública. Caberá ao novo ministro azeitar a relação com o Congresso e tentar mitigar os danos provocados pela CPI da Covid no

Senado Foto: Adriano Machado / Reuters

Ex-ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, dá lugar ao senador do PP Ciro Nogueira no posto. Com a nomeação, Bolsonaro alçou um dos principais líderes do Centrão ao espaço mais nobre já ocupado por esse bloco nesta e em outras gestões no Planalto Foto: Reprodução: Twitter @MinLuizRamos - 27/07/2021

O servidor Luis Ricardo Miranda denunciou supostas irregularidades envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin. A reação do governo Bolsonaro foi mandar PF e CGU investigarem servidor - ao invés de investigar a denúncia Foto: Acervo pessoal

Manifestantes exibem cartazes representando o presidente brasileiro com a frase A cepa Bolsonaro, perigo mundial , em frente à embaixada do Brasil em Buenos Aires, Argentina. Brasil ultrapassou a marca de 360 mil mortos pela Covid-19 Foto: AGUSTIN MARCARIAN / REUTERS - 14/04/2021

Quarto ministro da Saúde do governo, o médico Marcelo Queiroga. Pressionado pelo centrão, depois da repercussão do discurso de Lula, após decisão de Fachin de anular condenações em Curitiba, Bolsonaro fez mais uma troca no comando da pasta em meio à crise da Covid-19 Foto: EVARISTO SA / AFP - 15/03/2021

Depois de discursar ao lado de ministros em novo tom, usando máscara e a favor da vacina, o presidente Jair Bolsonaro apareceu em live, no dia seguinte, com um globo terrestre à mesa. O terraplanismo é uma das ideias difundidas pelo guru do presidente, Olavo de Carvalho Foto: Reprodução - 11/03/2021

Quatro horas do discurso do ex-presidente Lula, após ter condenações anuladas pelo ministro do STF Edson Fachin, Bolsonaro e ministros que costumavam aparecer em público sem máscara, usam acessório de proteção durante cerimônia oficial para assinar leis para facilitar a aquisição de vacinas. O evento no Palácio do Planalto, que já estava programado, foi antecipado Foto: UESLEI MARCELINO / Reuters - 10/03/2021

Mesmo depois de adotar um discurso pró-vacina, presidente brasileiro Jair Bolsonaro continuou com o comportamento negacionista, sem usar máscara de proteção e se aglomerando para falar com apoiadores ao deixar o Palácio da Alvorada, em Brasília Foto: Evaristo Sá / AFP - 31/03/2021

Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos) entrega o celular para que Rodrigo Pacheco converse com o presidente, após ser eleito presidente do Senado com apoio do governo e do PT Foto: Agência O Globo - 01/02/2021

Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) passa o telefone para o recém-eleito presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na tela do aparelho lê-se JB OUT/2020 . A eleição de Lira foi um alívio para o presidente que coleciona pedidos de impeachment que não entraram na pauta. Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo - 01/02/2021

Um manifestante agita uma bandeira em que se lê Fora durante um protesto contra o presidente Jair Bolsonaro e sua gestão da crise da Covid-19 Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

Jair Bolsonaro durante reunião na qual telefonou para o primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu: sem máscara ou distanciamento, em ambiente fechado Foto: Marcos Corrêa / Presidência da República - 12/02/2021

Com seu negacionismo, Bolsonaro transformou aparições públicas em cenas de campanha pré-pandemia, com abraços e beijos indiscriminados diante de aglomeração de apoiadores Foto: Alan Santos / PR - 30/12/2020

O presidente Jair Bolsonaro utilizou a máscara contra a Covid (obrigatória para as eleições) apenas ao votar na seção da Escola municipal da Vila Militar, em Deodoro, na Zona Oeste do Rio Foto: Reuters - 15/11/2020

Jair Bolsonaro, na Solenidade do Dia da Pátria, no Palácio da Alvorada, cumprimentou apoiadores sem usar máscara Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo - 07/09/2020

Jair Bolsonaro exhibe caixa de cloroquina, medicamento sem eficácia comprovada contra a Covid-19, durante a posse de Eduardo Pazuello que foi efetivado como ministro da Saúde depois de quatro meses como interino. Pazuello Foto: Agência O Globo - 16/09/2020

O general Eduardo Pazuello assumiu interinamente o

Ministério da Saúde em 15 de maio de 2020, após o médico Nelson Teich, segundo a liderar a pasta durante a pandemia de Covid-19, pedir para sair pouco antes de completar um mês no cargo. Pazuello era secretário executivo do ministério da Saúde Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

Para substituir o médico Luiz Henrique Mandetta no Ministério da Saúde, Jair Bolsonaro anunciou outro médico, Nelson Teich, que pediu demissão com menos de um mês no cargo. O motivo: Bolsonaro pressionou Teich para ampliar o uso de cloroquina Foto: Jorge William / Agência O Globo - 16/04/2020

O então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, entrou em rota de colisão com o governo quando o presidente tentou interferir na Polícia Federal e acabou sendo demitido em abril de 2020, pouco depois do primeiro ministro da Saúde a deixar o cargo, Luiz Henrique Mandetta Foto: Adriano Machado / Reuters

Manifestantes participam de peneiração durante pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro na TV. A cena se repete a cada pronunciamento em rede nacional durante a pandemia. A mudança de tom do negacionismo ao pró-vacina não mudou a reação da população Foto: PILAR OLIVARES / REUTERS - 24/03/2019

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que rompeu com Bolsonaro em junho de 2020, anunciou a primeira vacina Foto: HANDOUT / AFP

Rotina. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, se reúne com apoiadores ao deixar o Palácio da Alvorada, em meio ao surto de Covid-19 Foto: Ueslei Marcelino / Reuters - 02/04/2020

A primeira entrevista coletiva de Jair Bolsonaro na pandemia foi marcada pelo tom negacionista. Reduziu o perigo da ciência, convocou apoiadores e incentivou aglomerações, indo contra o próprio Ministério da Saúde Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo - 18/03/2020

Presidente Jair Bolsonaro cumprimenta seus apoiadores durante manifestação em Brasília. Ele deveria estar em isolamento social por ter tido contato com pelo menos 10 membros de sua equipe Foto: SERGIO LIMA / AFP - 15/03/2020

Enquanto o mundo entrava em lockdown para conter a pandemia, Bolsonaro incentivava aglomeração e fazia corpo a corpo com apoiadores. No começo da pandemia, ele teve contato com pelo menos 10 membros da comitiva com os primeiros membros do governo a serem diagnosticados com Covid-19 Foto:



SERGIO LIMA / AFP - 15/03/2020

Bolsonaro defendeu o uso de cloroquina em lives, remédio sem qualquer comprovação científica no tratamento da Covid-19 Foto: Reprodução

"Você é um otário", disse Bolsonaro a um repórter após ser questionado, durante cerimônia em Ipatinga (MG), em agosto de 2020, sobre os motivos que levaram a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, a receber depósitos de Queiroz e da mulher dele, Márcia Foto: Marcos Correa / PR

"Vontade de encher a tua boca na porrada". Bolsonaro reagiu com a frase depois que repórter do GLOBO perguntou sobre os depósitos. Presidente, que se encontrava em frente à Catedral Metropolitana de Brasília quando foi questionado sobre o fato, completou xingando o repórter de "safado" Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

"Não tenho que conversar com vocês". A resposta do presidente, em janeiro de 2020, foi motivada durante uma entrevista sobre ser favorável ou não à concessão de subsídio para a conta de luz de templos religiosos. Bolsonaro encerrou a conversa depois de indagado se o teria orientado o ex-assessor de Flávio a faltar um depoimento, sobre o caso Queiroz, marcado no Ministério Público do Rio de Janeiro Foto: Jorge William / Agência O Globo

Bolsonaro passou por nova cirurgia, agora de correção de hérnia Foto: Reprodução

Bolsonaro recebe a benção do bispo Edir Macedo durante visita ao Templo de Salomão, em São Paulo Foto: Terceiro / Reprodução de vídeo

Bolsonaro vai à rede nacional de TV defender que queimadas na Floresta Amazônica não sejam pretexto para sanções ao Brasil Foto: Carolina Antunes / PR / 23/08/2019

Manifestação, em São Paulo, contra queimadas e desmatamento na Amazônia, que motivaram protestos em diversos países do mundo Foto: NELSON ALMEIDA / AFP / 23/08/2019

Bolsonaro monta a cavalo na 64ª Festa de Peão Boiadeiro de Barretos, no interior paulista. O presidente assinou decreto que estabelece padrões de bem-estar para animais utilizados em festas de rodeio Foto: Marcos Corrêa / PR / 17/08/2019

Vestindo colete à prova de balas, Bolsonaro participa de culto na Igreja Apostólica Fonte da Vida Foto: Jorge William / Agência O Globo / 04/08/2019

Bolsonaro desmarca reunião com o chanceler da França e vai cortar o cabelo Foto: Reprodução

Parentes de Jair Bolsonaro usaram um helicóptero da Presidência da República para ir ao casamento do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, com a psicóloga Heloísa Wolf, no dia 25 de maio. Sobrinho de Bolsonaro, Osvaldo Bolsonaro Campos, divulgou vídeo nas redes sociais em que mostra o grupo com trajes de festa a caminho do casamento de Eduardo em Santa Teresa, no centro do Rio Foto: Picasa / Reprodução

Donald Trump, Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro durante a reunião da cúpula do G-20, em Osaka, no Japão Foto: Reprodução / Twitter

O governador de São Paulo, João Doria, e o presidente Jair Bolsonaro fazendo flexão na cerimônia de assinatura de Termo de Compromisso entre a CAIXA e o Comitê Paralímpico Brasileiro, em junho. Os dois têm trocado farpas pela imprensa - 19/06/2019 Foto: Gilberto Marques / Governo de São Paulo

No dia 15 de maio, população foi às ruas de todo o país para protestar contra o corte de verbas na educação. Esta foi a primeira grande manifestação popular contra medidas do governo Bolsonaro Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo

Em Dallas, nos EUA, para receber uma homenagem da Câmara de Comércio Brasil-EUA, Bolsonaro chamou os manifestantes de idiotas úteis . Foto: Marcos Corrêa / Presidência da República -15/05/2019

O presidente assina decreto que flexibiliza as regras para posse e porte de armas Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo - 07/05/2019

Bolsonaro assina, em 25 de abril, o decreto que revoga o horário de verão no Brasil Foto: Marcos Corrêa / Presidência da República

Em 30 de março, Bolsonaro viajou para Israel, onde quebrou o protocolo e visitou o Muro das Lamentações, onde reza com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu Foto: POOL / REUTERS

No fim de março, após determinar que as Forças Armadas comemorassem o golpe militar de 1964, que completou 55 anos, Bolsonaro voltou atrás e disse que a ordem foi para lembrar e rever o que está certo e o que está errado no período. A declaração gerou protestos, notas de repúdio de instituições brasileiras e também de um dos relatores especiais da ONU Foto: Ailton de Freitas / Agência O Globo

Em março, Bolsonaro foi aos EUA para se aproximar

de Donald Trump; tratava-se da primeira visita oficial do novo presidente Foto: Kevin Lamarque / Reuters

Em 17 de março, Bolsonaro foi recebido por manifestantes na Casa Branca Foto: Eric Baradat / AFP

Ainda em março, Bolsonaro foi ao Chile, onde se reuniu com o presidente Sebastián Piñera e comparou Rodrigo Maia com uma "namorada" que quer ir embora. Ele disse ainda que "tem político que não quer largar a velha política" Foto: RODRIGO GARRIDO / REUTERS

No Chile, Bolsonaro também foi recebido com protestos por opositores de Piñera Foto: Martin Bernetti / AFP

Ao chegar à Câmara para entregar a proposta de reforma da Previdência, Bolsonaro foi recebido sob protesto de parlamentares da oposição, que vestiam avental laranja e carregavam a fruta, em referência às denúncias sobre o uso de candidatos laranjas pelo PSL e ao Caso Queiroz, envolvendo o senador Flávio Bolsonaro Foto: Adriano Machado / Reuters

Em 15 de fevereiro, dois dias após receber alta do hospital, o presidente recebeu no Palácio da Alvorada - de chinelos, calça esportiva, camiseta do Palmeiras e blazer - ministros e assessores para debater a reforma da Previdência Foto: Reprodução

Entre o fim de janeiro e a primeira quinzena de fevereiro, Bolsonaro ficou 17 dias internado no hospital Albert Einstein, em São Paulo, para retirar a bolsa de colostomia que usava desde que sofreu o atentado a faca em setembro Foto: Reuters

Após a tragédia que deixou Brumadinho (MG) sob a lama em 25 de janeiro, Bolsonaro sobrevoou o município para observar os estragos deixados pelo rompimento da barragem da Vale e destacou a necessidade de cobrar justiça Foto: Divulgação / Isac Nóbrega/PR

Em 21 de janeiro, Bolsonaro chegou a Davos, na Suíça, para participar do Fórum Econômico Mundial, sua primeira agenda no exterior. O presidente fez um discurso vago, com promessas econômicas liberais e cancelou uma entrevista coletiva Foto: Arnd Wiegmann / Reuters

Em 15 de janeiro, Bolsonaro assina seu primeiro decreto: registro, posse e comercialização de armas de fogo Foto: Jorge William / Agência O Globo

Bolsonaro deu posse a 22 ministros, entre eles sete militares com características conservadoras Foto: Alan

Santos / Alan Santos/PR

Na cerimônia de posse, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, chamou a atenção ao fazer um discurso em libras no parlatório, antes de Bolsonaro Foto: Jorge William / Agência O Globo

Após ser eleito com 57.797.847 votos, Jair Bolsonaro recebeu a faixa presidencial de Michel **Temer** em 1º de janeiro Foto: Evaristo Sá / AFP

No primeiro ano de mandato, o governo sofreu uma derrota também quando o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) saiu das mãos do então ministro Sergio Moro (Justiça) e passou para o guardachuva do Banco Central. Como a situação era irreversível, o governo acabou desistindo da pauta, mas Moro, nome forte da gestão à época, nunca escondeu a insatisfação com a mudança.

Outra proposta cara à Bolsonaro que foi rejeitada foi a transferência da demarcação de terras indígenas da Funai (Fundação Nacional do Índio) para o Ministério da Agricultura. A primeira tentativa foi rejeitada no início do mandato, em maio. O Congresso determinou que a demarcação retornasse à Funai, e que o órgão voltasse a estar subordinado ao Ministério da Justiça.

Pouco tempo depois, o presidente enviou uma nova MP determinando novamente que a demarcação fosse submetida à Agricultura. Foi novamente rejeitada.

Bolsonaro também teve um número maior de vetos derrubados na comparação com seus antecessores - até março, a contabilidade indicava 41. Em um deles, em março do ano passado, parlamentares derrubaram o veto a um projeto que ampliava as possibilidades de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Já em junho deste ano, a derrubada ocorreu em relação a um projeto que prevê ajuda de R\$ 3,5 bilhões da União para que estados e municípios garantem o acesso à internet de alunos inscritos no CadÚnico.

Em outra votação que contrariou os interesses do Palácio do Planalto, deputados e senadores aprovaram, também em 2020, um socorro de R\$ 89,6 bilhões a estados e municípios.

Baixa adesão em projetos prioritários

O Congresso Nacional aprovou 10 das 35 pautas prioritárias do governo Jair Bolsonaro para 2021. Em março deste ano, o presidente entregou uma lista de 36 projetos prioritários que estão em tramitação no Congresso Nacional aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Na lista, o governo cita a privatização da Eletrobras, a **reforma tributária**, a nova lei do gás e a mineração em terras indígenas. O presidente pretendia ainda pautar um projeto de lei que regulamenta o registro, a posse e comercialização de armas de fogo e munição. Além do homeschooling, tratadas como pautas de costumes.

Apesar das pautas de costume ainda não tenham sido engavetadas, elas sofrem resistências entre os deputados e senadores e não avançam na tramitação. Apenas temas fiscais foram levados em votação no plenário e chegaram a ser aprovados pelos parlamentares neste ano.

**Site: <https://oglobo.globo.com/politica/alem-do-voto-impreso-conheca-as-outras-derrotas-que-bolsonaro-acumula-no-congresso-25150187>**

# Espero que Bolsonaro reconheça derrota da PEC do voto impresso, diz Lira

Por Anne Warth e Camila Turtelli

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse no final da noite desta terça-feira, 10, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitia o retorno do voto impresso será arquivada e que espera que o presidente Jair Bolsonaro aceite o resultado da votação em Plenário. O texto não obteve o mínimo de votos necessários para ser aprovado - era preciso obter 308 votos, mas apenas 229 deputados se manifestaram favoravelmente ao texto, enquanto 218 votaram contra e houve uma abstenção. Sem citar nomes, ele pediu bom senso do Executivo e do Judiciário a partir de agora na discussão do assunto.

Nesse momento, nossa mensagem é de saber reconhecer os resultados quando eles são favoráveis e quando são contrários. É da democracia. Não acredito que haja outro comportamento por parte do presidente Bolsonaro. Como eu disse, ele disse que respeitaria, e eu acredito, o resultado do Plenário da Câmara dos Deputados, afirmou. Foi um dia muito difícil no aspecto das conversas e articulações para que a votação transcorresse com altivez e tranquilidade, afirmou.

É importante que haja bom senso, de agora em diante, por parte do Poder Executivo, por parte do Poder Judiciário, para que todos nós possamos nos sentar e escolher uma maneira racional, clara e objetiva de aumentarmos a transparência e a auditoria, as dúvidas que por acaso possam pairar ainda sobre o sistema eleitoral, da forma como se conduz, dúvida de alguns brasileiros, de muitos brasileiros, que tem que ser respeitados, afirmou.

O presidente da Câmara disse que vai procurar nesta quarta-feira, 11, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para encontrar uma saída para aumentar ainda mais a transparência das urnas. Essas conversas devem acontecer e eu espero que aconteçam rapidamente, afirmou.

Lira voltou a dizer que o ideal é que o sistema de auditoria das urnas, que hoje é feito em cerca de 100 delas, seja elevado para 1 mil a 2 mil, com outras instituições participando, como Exército, ITA e fundações. Para ele, é hora de a Câmara se dedicar a outros assuntos mais importantes da pauta.

Nossa obrigação agora é sentarmos todos à mesa, sem vencidos ou vencedores, cumprirmos cada um seu papel constitucional, com autocontenção dos Poderes, e que esse assunto possa ser tratado com mais parcimônia e menos polarização. É o que espero daqui para frente, com, mais uma vez repito, um resultado soberano, democrático, altivo, não de uma comissão que não era terminativa, mas do Plenário da Câmara dos Deputados.

Para Lira, o Plenário da Câmara deu sua palavra final sobre o assunto em uma sessão democrática e em que todos puderam se expressar e defender suas teses. Ele reconheceu que o sistema apresentou lentidão, mas afirmou que todos os votos foram computados. Segundo Lira, alguns deputados estavam viajando ou de licença e não participaram da votação. O resultado que saiu era o previsível. Todo mundo estava fazendo essas contas, afirmou.

Ao final, o resultado da PEC não alcançou o quórum específico para sua aprovação. Ela vai ao arquivo e, com respeito à Câmara dos Deputados, esse assunto está, neste ano, com esse viés de condicionalidade, encerrado. Não teríamos tempo nem espaço para iniciarmos nova discussão, acrescentou.

Lira disse não ver possibilidade de que outra PEC que permite o retorno do voto impresso em 2022, já aprovada na Câmara, possa ser apreciada no Senado. Pela longevidade da PEC que lá se encontra, não vejo essa possibilidade clara.

O presidente da Câmara reiterou que o voto impresso não é um tema que precisa de vencidos e vencedores. Todos os deputados que votaram hoje aqui foram eleitos pela urna eletrônica.

## Pauta

Da pauta desta semana, Lira prevê que serão votados em Plenário a **reforma tributária** do Imposto de Renda, a **reforma política** aprovada na comissão especial na noite de segunda-feira, 9, o parecer do Conselho de Ética que recomenda a perda de mandato da deputada Flordelis (PSD-RJ) e as Medidas Provisórias 1.045, que cria o programa de manutenção de empregos na pandemia, e 1.042, que simplifica cargos de comissão e funções de confiança

do Executivo.

**Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/08/11/espero-que-bolsonaro-reconheca-derrota-da-pec-do-voto-impresso-diz-lira.htm>**



# Bolsonaro se antecipa à ANP e libera venda de combustíveis de outras marcas em postos

**Nicola Pamplona** rio de janeiro

O governo decidiu antecipar-se a consulta pública da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e liberou a venda de combustíveis de outras marcas nos postos brasileiros por MP (medida provisória).

O texto libera ainda a venda de etanol diretamente das usinas para os postos, outro tema que vinha sendo debatido pelo órgão regulador. Em ambos os casos, as mudanças encontram resistência entre as maiores distribuidoras de combustíveis do país.

O lançamento da MP será feita nesta quarta-feira (n), com presença do presidente Jair Bolsonaro. O MME (Ministério de Minas e Energia) defende que as medidas aumentarão a concorrência, beneficiando o consumidor final.

A MP trata da "tutela regulatória da fidelidade à bandeira", permitindo que os postos que exibam marca comercial de distribuidoras, como Shell, Ipiranga ou BR, possam vender combustíveis de outros fornecedores, desde que informado ao consumidor.

Ao anunciar consulta pública sobre o tema, em maio, a ANP defendeu que a fidelidade à marca da gasolina passaria a ser escolha do consumidor, não uma obrigação regulatória, que dá hoje à agência função de fiscalizar contratos particulares.

Na época, o governo estimava que a medida poderia reduzir o preço da gasolina em até R\$ 0,50 por litro, como resultado do aumento da competição.

A audiência pública da agência para discutir o tema teve fortes embates entre as empresas do setor e culminou com uma liminar obtida pelo Sindicom (Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes) suspendendo parcialmente o processo.

No pedido de liminar, o sindicato que representa as grandes distribuidoras alega que o tema foi discutido sem participação popular e que teve dificuldade de acesso a informações. A juíza federal Carmem Silva Lima de Arruda suspendeu o processo até que a ANP garanta acesso a todos os documentos.

As distribuidoras que se opõem à medida argumentam que realizam investimentos nos postos e que a mudança abriria maior mercado a empresas que operam de forma irregular, seja com sonegação de **impostos**, seja com a venda de produtos de má qualidade.

Argumento semelhante é usado contra a venda direta de etanol aos postos, pleito defendido pelos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. Atualmente, os **impostos** sobre o etanol são recolhidos pelas distribuidoras. Com a venda direta, passariam a ser recolhidos pelas usinas.

Em 2020, quando abraçou a ideia, Bolsonaro disse que a venda direta representaria uma redução de R\$ 0,20 por litro no preço do etanol, conta que é questionada pelo mercado de combustíveis.

A escalada dos preços dos combustíveis, que atingiram valores recordes em 2021, tem impactado a popularidade de Bolsonaro, que já cortou **impostos** federais sobre diesel e gás de cozinha, mas sem resultados no preço final dos produtos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

**34**

# Universidade deveria ser para poucos, diz ministro



Ribeiro, do MEC. Institutos elogiados por ele sofrem com falta de recursos

## Júlia Marques

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse anteontem que as universidades brasileiras deveriam ser para poucos.

Em entrevista ao programa Sem Censura, da TV Brasil, Ribeiro defendeu a volta às aulas na educação básica, ironizou a demanda dos professores por vacinação contra a covid-19 e se mostrou, mais uma vez, surpreso com o tamanho da pasta que ele chefia há mais de um ano.

Para Ribeiro, os institutos federais, com ensino tecnológico e profissionalizante, serão "as vedetes" do futuro. Ele disse estar cansado de encontrar motoristas que têm graduação completa.

"Tem muito engenheiro, advogado, dirigindo Uber porque não consegue a colocação devida, mas, se fosse técnico em informática, estaria empregado porque há demanda muito grande", disse o ministro.

"Então, o futuro são os institutos federais, como é na Alemanha hoje. Na Alemanha, são poucos os que fazem universidade.

A universidade, na verdade, deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade", completou Ribeiro.

Os institutos federais, elogiados por Ribeiro, foram criados em 2008. Apesar de dizer que são essenciais à educação, o ministro não tem conseguido manter os investimentos neles. Documento da pasta enviado ao Ministério da Economia em maio deste ano admitiu que a verba para os institutos federais estava aquém das necessidades reais dessas unidades - o que, segundo o próprio MEC, comprometia o "funcionamento geral" das instituições.

Na entrevista à TV Brasil, o ministro disse que desconhecia, quando assumiu a pasta, a existência das 38 unidades.

Também admitiu que "tomou um susto" quando percebeu a variedade de atribuições da pasta.

"Eu administro 50 hospitais universitários", afirmou ele.

Segundo o ministro, metade das vagas nas universidades é destinada a cotas e a outra parte vai para os "alunos melhor preparados".

"Eu acho justo, considerando que os pais desses meninos tidos como 'filhinhos de papai' são aqueles que pagam os **impostos** do Brasil, que sustentam bem ou mal a universidade pública. Não podem ser penalizados." Segundo Ribeiro, dos 69 reitores das federais, ele conversa "plenamente" com 20 a 25.

"Dez deles, eu trouxe para visitar o presidente, uma coisa inédita. Não precisa ser bolsonarista, mas não pode ser esquerdista, lulista. As universidades não podem se tornar um comitê político nem de direita e muito menos de esquerda." Reação. A União Nacional dos Estudantes criticou as declarações.

Segundo a UNE, o ministro verbalizou o "projeto do governo Bolsonaro" para a educação.

"A entrevista concedida ao Sem Censura da TV Brasil foi um verdadeiro ataque a todas as esferas da educação brasileira. Estamos em guerra, amanhã é estudante na rua", escreveu o grupo no Twitter.

Para Rozana Barroso, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), há um projeto do MEC de construir uma universidade para poucos. "Não é à toa que nos impossibilitam de acessar a

internet e escolas estruturadas.

Quero ser a primeira da família no ensino superior, como milhões de jovens", disse, nas redes sociais.

I Crítica aos professores

"Eles (professores) fomentam a vacinação deles, das crianças, depois do cachorro, do gato. Se eu pudesse, tinha mandado abrir todas as escolas." Milton Ribeiro

I Antes

Em janeiro, questionado sobre falhas na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o ministro argumentou que ainda estava se inteirando da pasta.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O novo Refis e o velho populismo fiscal (Editorial)

O Senado aprovou um novo Refis, o programa de parcelamento de débitos tributários. Diferentemente de outras edições do Refis, o choque da pandemia sobre as finanças das pessoas jurídicas e físicas justificava um alívio excepcional aos devedores do Fisco. Mas, como de hábito, a proposta foi desvirtuada, comportando vantagens indevidas aos sonegadores contumazes.

Em tese, programas como o Refis deveriam aliviar os contribuintes temporariamente prejudicados por fatores fora de seu controle, como crises econômicas.

Na prática, as concessões excessivas e as reedições frequentes criaram a cultura fiscal perniciosa dos chamados "viciados em Refis". Segundo a Receita, mais da metade dos contribuintes que aderem aos programas de parcelamento para conseguir a certidão negativa de débitos logo deixa de recolher as parcelas, na expectativa, invariavelmente satisfeita, de um novo programa de renegociação. Além da perda de centenas de bilhões para o Tesouro, isso gera desvantagens competitivas para o contribuinte que paga seus **tributos** em dia.

Para sanar esses vícios, a Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) propôs uma nova modalidade de renegociação, a "transação excepcional", que condiciona proporcionalmente os benefícios às quedas de faturamento de cada devedor. Os programas anteriores não avaliavam a capacidade financeira dos beneficiados. A PGFN estima que 90% tinham capacidade para pagar integralmente seus débitos.

Conforme acordado com a equipe econômica, o texto do relator Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado, prevê seis faixas de queda de faturamento. É um avanço. Mas empresas que não tiveram queda no faturamento, ou mesmo que tiveram aumento, também poderão aderir, com direito a descontos nas multas e parcelamento amplo.

Bezerra argumenta que isso gerará um aumento na arrecadação imediata.

De fato, esse costuma ser o efeito do Refis, já que, para aderir, o contribuinte é obrigado a pagar à vista a parcela inicial.

Mas, como boa parte logo suspende o recolhimento à espera do próximo Refis, a injeção de recursos no presente invariavelmente se traduz em perdas maiores no futuro.

Um alívio aos devedores impactados pela pandemia era necessário como nunca. Mas as distorções do novo Refis estimulam a inadimplência como sempre. Se a Câmara não as sanar, caberá ao governo fazê-lo com seu poder de veto.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mesmo sem acordo, Câmara pode votar hoje reforma do IR

**Adriana Fernandes Camila Turtelli / BRASÍLIA**

Para aplacar as resistências dos Estados e municípios, o relator da proposta de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDBBA), acenou com a possibilidade de reduzir no seu parecer a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), um imposto cobrado pelo governo federal.

Segundo apurou o Estadão, representantes dos Estados e dos municípios não chegaram a um acordo. Mesmo assim, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), promete colocar em votação hoje o projeto em plenário.

"Estamos atrás do melhor texto possível. O melhor texto possível é o que atende minimamente a todos. Todos sabemos que a reforma do Imposto de Renda tem de ser feita para o bem do País, e não individualmente para setor A ou B. Estamos na busca desse texto equilibrado", afirmou Lira.

Pela proposta apresentada aos Estados e municípios, em vez de reduzir todos os 12,5 pontos percentuais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), seria cortado 1,5 ponto percentual da CSLL e outros 11,5 pontos percentuais retirados do IRPJ. Os dois **tributos** têm base semelhante e incidem sobre o lucro das empresas. Inicialmente, ele havia acenado em reduzir o IRPJ em 10 pontos percentuais e a CSLL em 2,5 pontos percentuais, mas depois mudou de ideia.

"Continua o lenga-lenga. O relator está sugerindo alterações, mas não fechou nada", disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. Segundo ele, o relator "pelo menos" está aceitando a ideia de reduzir a CSLL.

A vantagem para Estados e municípios é que a CSLL não é compartilhada pela União com os governos regionais. Assim, a medida poderia diminuir, em parte, o impacto da queda do IR previsto no parecer para os cofres de governadores e prefeitos.

Perdas. Sabino apresentou algumas simulações de dados ao Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) que levam em conta uma redução de 9% para 6,5% da alíquota da CSLL e, depois, para 7,5%.

"As perdas continuam na última proposta da relatoria. Os Estados não apoiarão redução de financiamento de serviço público", disse o diretor institucional do Comsefaz, André Horta. Segundo ele, os Estados estão sendo propositivos sugerindo cenários para se evitar perdas, coerente com a proposta.

Governadores e prefeitos reclamam que as compensações para a queda de arrecadação apresentadas pelo relator no seu parecer não seriam suficientes para bancar a perda de receitas para os cofres regionais.

Isso porque boa parte dessas medidas é feita com base em **tributos** que não são distribuídos, como PIS e Cofins.

O relator vinha tentando responder às críticas, ao usar o argumento de que o aumento da arrecadação - com o crescimento da economia e a aprovação do próprio projeto, desonerando as empresas e pessoas físicas - seria suficiente para cobrir o rombo nas receitas dos governos dos Estados. As críticas dos envolvidos nas negociações é de que não dá para aprovar esse projeto sem discussão e apresentação do parecer final em cima da votação.

Cenário

"Estamos atrás do melhor texto possível. O melhor texto possível é o que atende minimamente a todos. Todos sabemos que a reforma do imposto tem de ser feita para o bem do País e não individualmente para o setor A ou B.

Estamos na busca desse texto equilibrado."

Arthur Lira PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Avança nos EUA maior pacote de infraestrutura em décadas

O Senado dos EUA aprovou ontem um pacote de infraestrutura de quase US\$ 1 trilhão, sendo US\$ 550 bilhões em novos gastos, numa rara colaboração entre democratas e republicanos. O maior plano de obras públicas no país em décadas representa uma importante vitória para a agenda econômica do presidente Joe Biden.

A aprovação por 69 votos a 30 foi um sucesso que Congresso e presidentes buscaram por anos, apesar de ambos os partidos qualificarem a infraestrutura como prioridade. O pacote ainda tem de passar pela Câmara dos Deputados, onde a esquerda democrata condiciona sua votação à aprovação pelo Senado de um pacote de US\$ 3,5 trilhões de gastos sociais.

"É assim que realmente reconstruiremos melhor", disse Biden na Casa Branca. "Esse projeto de lei vai pôr as pessoas para trabalhar na modernização das nossas estradas, nossas vias expressas e pontes."

Dezenove republicanos, entre os quais o líder no Senado, Mitch McConnell, se juntaram ao grupo de 50 senadores da bancada democrata para apoiar o pacote.

A aprovação, após meses de negociações tensas, foi um primeiro passo fundamental tanto para a agenda econômica de Biden quanto para suas esperanças de mostrar

ao mundo que Washington é capaz de se empenhar de novo em solucionar grandes problemas após uma era especialmente desagregadora na política americana.

Joshua Bolten, presidente-executivo da Business Roundtable, saudou a votação do Senado e pediu à Câmara que "aproveite esse impulso voltando a Washington para debater o pacote e aprová-lo durante o período de recesso".

Se o pacote for definitivamente aprovado, todos os Estados sentirão os efeitos. Dos US\$ 550 bilhões em novos gastos, cerca de US\$ 110 bilhões serão investidos em estradas e pontes, US\$ 73 bilhões em modernização da rede elétrica, US\$ 66 bilhões em ferrovias e para a Amtrak (a ferrovia estatal federal de transporte de passageiros) e US\$ 65 bilhões em expansão da internet de banda larga. Há ainda US\$ 55

bilhões para tratamento de água e US\$ 40 bilhões ao trânsito.

Além disso, quase US\$ 50 bilhões serão usados para tornar a infraestrutura mais resistente a ataques cibernéticos e desastres naturais, como inundações e incêndios florestais. Cerca de US\$ 7,5 bilhões serão destinados a estações de recarga para veículos elétricos, enquanto outros US\$ 7,5 bilhões ajudarão a financiar a substituição dos atuais ônibus escolares e balsas por veículos de menor emissão de gases de efeito estufa.

Os projetos de infraestrutura que receberão a enorme injeção de fundos federais serão em grande parte decididos pelos Estados, segundo Kevin DeGood, diretor de política de infraestrutura do think tank Center for American Progress. Isso atraiu algumas críticas dos democratas de esquerda, que pressionaram por padrões climáticos mais rigorosos para os fundos.

"Esse dinheiro não vem com controles suficientes. É um cheque em branco aos Estados, e a história sugere que eles não são bons em tomar decisões inteligentes com dólares federais", disse DeGood.

A Casa Branca e o grupo de senadores democratas e republicanos dizem que o pacote de infraestrutura não elevará o déficit público, devido a uma combinação de medidas, como aproveitamento de mais de US\$ 200 bilhões não gastos do pacote de ajuda contra a covid-19, assim como ações menores para economizar outros US\$ 50 bilhões. Estima-se que outros US\$ 50 bilhões serão economizados em alguns Estados com a devolução de fundos federais não utilizados para o seguro-desemprego.

Porém, o Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) disse que o pacote acrescentará US\$ 256 bilhões ao déficit federal nos próximos dez anos. O órgão tinha previsto anteriormente que o déficit alcançaria US\$ 3 trilhões só neste ano, antes de cair para US\$ 1,15 trilhão em 2022.

Republicanos contrários ao plano por considerá-lo caro demais justificaram a posição com base na previsão do CBO sobre possíveis novas dívidas a serem contraídas e alertam que o pacote pode elevar a inflação.

Os principais negociadores do acordo, a senadora democrata Kyrsten Sinema e o senador republicano Rob Portman, rebatem dizendo que o CBO não considerou todas as compensações identificadas pelos legisladores.

Jen Psaki, porta-voz da Casa Branca, disse ainda que a CBO não "incluiu os efeitos positivos do crescimento econômico que este pacote vai gerar no orçamento". "Na verdade, há evidências de vários economistas, incluindo a Moody's, de que investimentos em infraestrutura como esse podem, de fato, ajudar a se pagar ao longo do tempo."

Com o fim da tramitação do acordo suprapartidário no Senado, o líder da maioria democrata, Chuck Schumer, se voltou imediatamente para abrir o caminho para o pacote econômico de US\$ 3,5 trilhões de Biden, uma iniciativa democrata voltada para reformular radicalmente as políticas de mudança climática, **impostos**, assistência médica, imigração e outras áreas sociais.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)

# Ata do Copom alerta para risco fiscal

O Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central divulgou ontem a ata de sua última reunião, realizada em 3 e 4 de agosto. No documento, o comitê reafirma a evolução positiva da atividade doméstica, especialmente com o avanço da campanha de vacinação contra a covid-19 no Brasil. O documento, no entanto, sinaliza a preocupação com a situação fiscal. "Os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções (de **inflação**)", se atém o documento sobre o tema, apontado por especialistas como uma das principais causas de pressão inflacionária no país.

A questão fiscal pode ser um grande obstáculo no caminho da recuperação econômica, segundo Cristiane Quartaroli, economista do Banco Ourinvest. Para ela, a demonstração de perda de compromisso do governo com o ajuste fiscal, o período pré-eleitoral e um cenário externo em recuperação, formam a tríade que prejudica o mercado. "Em diversos momentos, o governo tentou furar o teto de gastos, manteve um discurso de menos comprometimento da parte fiscal. E há outros fatores: as eleições, que trazem preocupação com aumento de gastos; o cenário externo, com crescimento global desacelerando; e a expectativa de arrefecimento nos preços de commodities. Tudo isso prejudica o mercado", afirma Quartaroli.

O economista Paulo Duarte concorda. Segundo ele, o mercado voltou a monitorar mais de perto a questão do déficit fiscal, e a pressão só aumenta sobre o BC. "É um quadro preocupante e vamos ver até onde vai continuar a tranquilidade do BC, que já começou a elevar um pouco mais a taxa selic para tentar controlar essa **inflação**", destaca.

## Economias centrais

Outro quadro preocupante, mas que não foi ignorado pelo Copom, é o impacto da retomada econômica dos países desenvolvidos nas economias emergentes. "O Comitê avalia que, a despeito dos movimentos recentes nas curvas de juros, ainda há risco relevante de aumento da **inflação** nas economias centrais. Ainda assim, o ambiente para países emergentes segue favorável com os estímulos monetários de longa duração, os programas fiscais e a reabertura das principais economias", diz o colegiado.

Para Cristiane Quartaroli, ainda que exista preocupação com as variantes do coronavírus e possíveis impactos nas economias, no Brasil não há

como ignorar outro fator: o "cenário político nebuloso", com processo de CPI em curso. "Isso acaba afetando a confiança dos empresários e impacta na decisão de investimento das empresas", explica a economista do Ourinvest. Ainda segundo ela, a tendência sobre a **inflação** é de piora, devido ao IPCA acumulado no ano de 8,9%, à alta do dólar que acaba sendo repassada ao consumidor no consumo de bens industrializados e ao aumento dos preços no setor de serviços. "É pressão inflacionária por todos os lados, e o desafio de conter o avanço da **inflação** fica com o BC. Temos hoje o Brasil na sua essência: baixo crescimento, **inflação** e juros em ascensão", reforça a economista do Banco Ourinvest.

Os riscos externos citados por Quartaroli foram reconhecidos pelo Copom na última ata. "Nesse contexto, novas discussões sobre o risco de um aumento duradouro da **inflação** nos Estados Unidos e a consequente reprecificação nos mercados financeiros podem tornar o ambiente para as economias emergentes desafiador", diz o documento assinado pelo colegiado.

## Retomada de 2021 é ilusória

O último boletim Focus, divulgado na segunda-feira, mantém a previsão de crescimento do **PIB** de 2021 em 5,3%, mas aponta redução de 2,10% para 2,05% no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022. Para Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e professor-doutor em Economia Política da PUC-SP, a "boa fase" de 2021 é ilusória, pois grande parte dessa recuperação decorre do efeito estatístico da paralisação da economia em 2020, quando houve uma queda do **PIB** de 4,1%, o que não ocorrerá em 2022. "Ano que vem não haverá o mesmo efeito. E o desemprego é elevado, a renda real em queda, e o nível de investimentos muito baixo. Portanto, a economia brasileira voltará ao velho padrão de crescimento baixo, entre 1 e 2%", afirma.

A alta **inflação** que pesa no bolso do brasileiro hoje não é decorrente de pressões de demanda, diz Lacerda, mas de choques de preços de commodities, alimentos, petróleo e minério de ferro, por exemplo, além da desvalorização do real. "Como os alimentos têm um peso maior na cesta de consumo dos mais pobres, são esses que mais sentem os efeitos da carestia", ressalta o professor.

Ainda segundo ele, a tendência deve se manter em 2021, podendo arrefecer somente em 2022 a depender dos preços internacionais das commodities. "Os produtos agrícolas também vêm sofrendo efeitos climáticos, como frio intenso em algumas regiões e estiagem prolongada. Se a crise energética se intensificar, o que é provável, novas pressões de **inflação** virão", alerta.

### BC erra maioria das projeções

Desde o início do segundo semestre de 2020, quando a alta das commodities no mercado internacional passou a impulsionar os preços de alimentos no Brasil, o Banco Central vem errando seguidamente, para baixo, suas projeções de **inflação** de curto prazo. De julho de 2020 a julho de 2021, o BC subestimou a **inflação** em suas projeções em 9 dos 13 meses considerados. No episódio mais recente, calculou uma **inflação** de apenas 0,39% em julho, enquanto o IBGE revelou nesta terça-feira, 10, uma taxa de 0,96%. Apesar disso, o BC, comandado por Roberto Campos Neto, manteve o discurso de que as elevações nos preços dos alimentos eram transitórias. Com o passar do tempo, foi ficando claro que as pressões não seriam temporárias. Ainda assim, o BC se manteve otimista, subestimando o avanço dos preços.

# Inflação avança sem trégua e chega a 8,9%

» **Fernanda Fernandes**

Nem tanques, nem voto impresso. O que está tirando o sossego dos brasileiros é o avanço da **inflação**. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, ontem, dados sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) referente ao mês de julho. O período registrou 0,96% de crescimento, quase o dobro do registrado no mês anterior, quando o índice foi de 0,53%. Com o novo levantamento, o índice acumulado no ano chegou a 4,76%. Em 12 meses, quase bateu os 9%, registrando 8,99%. Entre os vilões da alta **inflação** estão a energia elétrica, o combustível e os alimentos - itens que castigam, principalmente, os mais pobres.

O economista Paulo Duarte, da Valor Investimentos, explica a "injusta" dinâmica da pandemia e da alta **inflação**. Enquanto uma parcela reduzida da população consome sem preocupação, milhões de brasileiros sofrem com a carestia em itens básicos. "Quando entramos nos componentes do IPCA, notamos que a energia elétrica, os combustíveis e os alimentos estão com **inflação** bem maior. São itens consumidos, principalmente, por cidadãos de renda mais baixa, fazendo com que a **inflação** efetiva seja maior para essa parcela da população", diz.

Segundo Duarte, a alta nos alimentos, item mais básico da lista, vem sendo puxada pela supervalorização das commodities agrícolas. "Proteínas animais, soja, café, todos são itens afetados pela **inflação**", pontua o especialista.

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), entre os alimentos mais impactados nos últimos meses, estão o óleo de soja, com 90% de aumento; a carne bovina, com 40%; e o arroz, com mais de 50%. Mas apesar da carestia nas prateleiras, o item mais pesado no IPCA ainda é a energia elétrica.

Nos últimos doze meses, os dados mensais do IBGE mostram um salto no IPCA de abril para maio, de 6,7% para 8%, período em que começou a ser cobrada a taxa de bandeira vermelha na conta de energia elétrica. Os dados divulgados ontem pelo instituto apontam que o reajuste de 52% na tarifa vermelha patamar 2, incidiu fortemente na conta de luz. O item, que entra dentro do grupo de habitação, corresponde, sozinho, a 0,35% do total acumulado no mês de julho.

Nesse cenário, sustentar a casa é um drama.

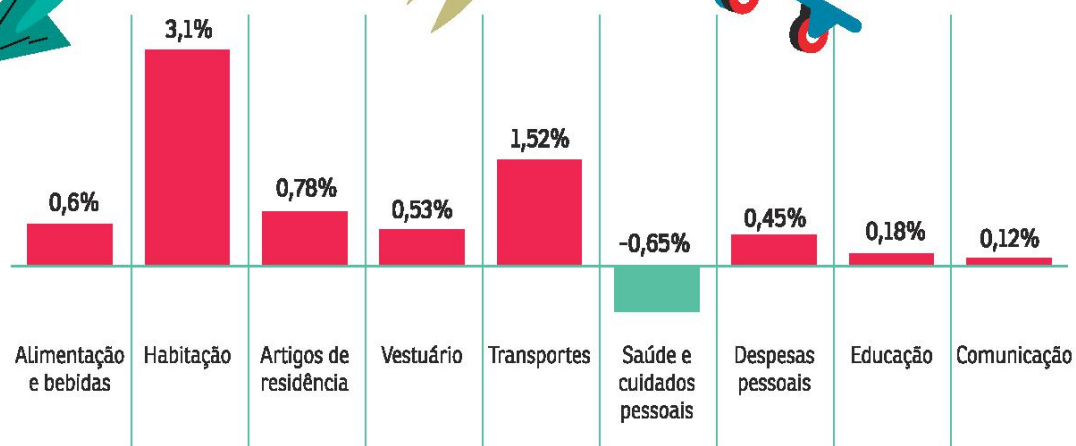
Chauana Francisco, 32 anos, moradora de Osório (RS), sabe bem o peso da **inflação** no bolso. A auxiliar administrativa, mãe de Stella (8 anos) e Charlotte (8 meses), conta que, após o término da licença maternidade da filha caçula, foi despedida do emprego sem justa causa. Desde então, Chauana "se vira como pode", com o seguro desemprego no valor de R\$1.100 e R\$ 380 de pensão alimentícia.

"Eu não tenho carro, mas pago aluguel, internet, luz, água. Tudo está caro. O que mais pesa é o mercado e coisas para a bebê. Eu quase não consigo dar conta". Apesar das dificuldades, Chauana é otimista. "Confio muito em Deus. Tento fazer o melhor por elas", diz.



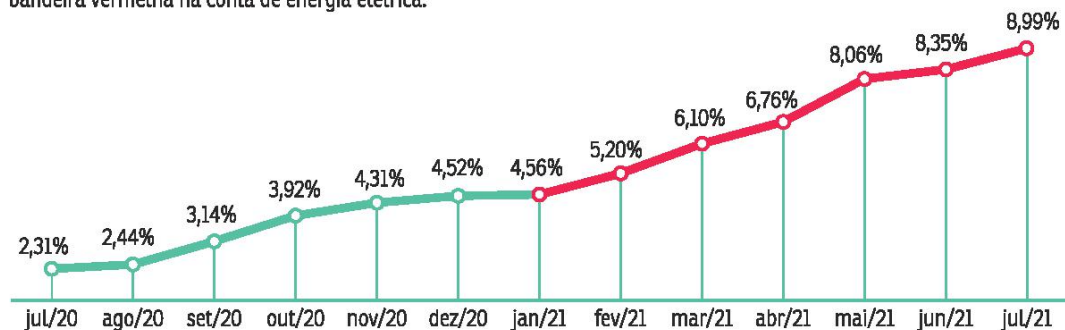
## Nas alturas

Todos os grupos de produtos e serviços sofreram alta, exceto saúde e cuidados pessoais.



## Disparada

IPCA dos últimos 12 meses mostram salto em maio, quando começou a ser cobrada a taxa de bandeira vermelha na conta de energia elétrica.



# Aumentos se espalham e IPCA de julho é o maior em 19 anos



**Mariana Costa**

Com aumentos em quase todas as despesas das famílias, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 0,96% em julho, maior índice mensal deste ano e também o resultado mais alto para o mês desde 2002, quando subiu 1,19%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em junho, a taxa registrada pelo índice oficial do custo de vida no Brasil foi de 0,53%. Em oito dos nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA, os gastos de julho aceleraram sobretudo com habitação, transporte e alimentação e bebidas, ficando de fora da corrida apenas a variação de preços de saúde e cuidados pessoais, negativa em 0,65%.

Como consequência da onda de reajustes, a taxa acumulada pelo indicador em 12 meses passou de 8,35% em junho para 8,99% no mês passado, ante a meta de 3,75% perseguida pelo Banco Central este ano. Em julho, as famílias gastaram mais com alimentação e Bebidas (0,6%), habitação (3,1%), artigos de residência (0,78), vestuário (0,53%), transportes (1,52%), despesas pessoais (0,45%), comunicação (0,12%) e educação (0,18%).

Na Grande Belo Horizonte, o IPCA subiu 0,71%, frente a variação de 0,42% em junho e em um ano terminado no mês passado, exibe alta de 9,43%. Todas as 16 áreas metropolitanas pesquisadas pelo IBGE

apresentaram aumentos de preços em julho. A conta de luz foi o principal destaque individual de gastos, explicando o avanço da variação de despesas com o lar.

Segundo o economista e professor da Faculdade Fipecafi, Samuel Darso, alguns fatores explicam a **inflação** recorde. "O aumento está relacionado, em parte, ao aquecimento no mercado interno, com o mercado externo também demandando bastante os nossos produtos (minério, commodities, produtos agropecuários), Isso gera essa pressão. Porém, nos últimos meses, temos identificado uma pressão bem mais forte da energia elétrica."

A energia elétrica encareceu 7,88%, após já ter apresentando aumento de preço de 1,95% em junho. O gasto teve o maior impacto individual sobre o IPCA de julho, contribuição de 0,35 ponto percentual. "Estamos com um problema de abastecimento hídrico, com uma possível crise que está para acontecer no segundo semestre. Com a redução dos níveis de água dos reservatórios, para não faltar energia, as termelétricas foram ativadas. A tarifa fica mais cara e acaba pesando no bolso de todo mundo, já que todos consumimos energia de alguma forma", diz Samuel Darso.

Houve manutenção da bandeira tarifária vermelha no pata-mar2 na passagem de junho para julho, mas o valor adicional cobrado sobre as contas de luz foi reajustado em 52% a partir de 1º de julho, passando a uma cobrança extra de R\$ 9,492 a cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos, ante acréscimo anterior de R\$ 6,243. Nos próximos meses, a energia elétrica tende a se manter como fator de pressão sobre o custo de vida.

Nas despesas com habitação, além da alta da energia elétrica, houve reajustes também expressivos nos preços do gás de botijão (4,17%) e do gás encanado (0,48%). Darso enfatiza a influência direta da desvalorização cambial sobre os preços dos derivados de petróleo, já que o dólar tem ficado muito valorizado frente a moeda brasileira. "E o preço do petróleo que é cotado em moeda estrangeira impacta nos derivados como gás de cozinha e gasolina, por exemplo. Então tudo o que é cotado em dólar acaba ficando mais caro e gerando impacto para o bolso do consumidor nesse período também", afirma.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/08/2021/p10>

**CASA MAIS CARA** As famílias ainda gastaram mais com aluguel residencial (0,93%), condomínio (0,66%) e taxa de água e esgoto (0,33%). "O aluguel tem um índice específico de **inflação** que já estava mostrando, desde o ano passado, valor muito alto. O aumento pode ter sido impactado pelo custo da construção civil, que acaba gerando um preço maior para o setor de construção como um todo, mas, também com o aquecimento que a pandemia acabou gerando. As pessoas ficaram mais em casa, em home office" destaca o economista.

No grupo de gastos com transporte, a principal pressão foi exercida pelas passagens aéreas, com aumento de 35,22%. Os preços dos combustíveis subiram 1,24% em julho, ante alta de 0,87% em junho. A gasolina encareceu 1,55%, enquanto o preço do etanol recuou 0,75%.

**COMIDA EM DESTAQUE** O grupo de despesas com alimentação e bebidas teve elevação de 0,60% em julho, após ter apresentado variação de 0,43% no mês anterior. A comida em casa ganhou ritmo, com variação que passou de 0,33% em junho para 0,78% em julho. As famílias estão pagando mais pelo tomate (18,65%), frango em pedaços (4,28%), leite longa vida (3,71%) e carnes (0,77%). Por outro lado, os preços caíram para a cebola (-13,51%), batata-inglesa (-12,03%) e arroz (-2,35%).

Fora do domicílio, a alimentação desacelerou de aumento de 0,66% em junho para 0,14% em julho, com aumentos mais brandos no lanche (0,16%) e na refeição fora de casa (0,04%). Para o economista Samuel Durso, a alta nesse grupo de despesas está ligada a produtos alimentícios exportados pelo Brasil em grande quantidade, o que afeta a oferta interna, forçando os aumentos de preços. O frio intenso e as geadas que caíram em julho também afetaram algumas lavouras do Sul e do Sudeste. "O produtor acaba preferindo vender para o mercado externo porque está recebendo em dólar".

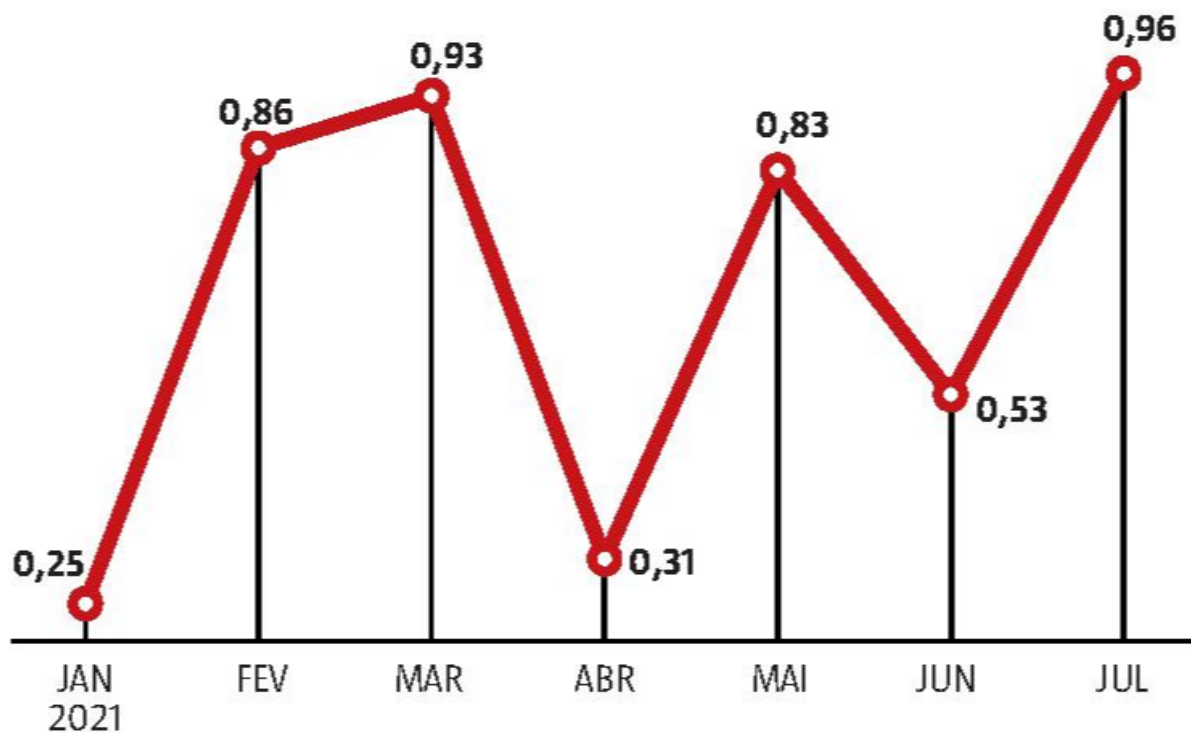
Na Grande BH, a despesa com habitação foi a que apresentou maior alta, de 2,32%. O resultado também foi influenciado principalmente pelo aumento dos gastos com energia elétrica residencial (4,75%), seguido pelo gás de botijão (3,57%) e do aluguel residencial (0,99%). No grupo de alimentação e bebidas, com variação de 0,66% em julho, o resultado foi determinado, em especial, pelas variações dos preços de cenoura (37,58%), tomate (19,90%), café moído (4,89%), frutas (3,05%) e do leite longa vida (2,71%). No lado das quedas, houve destaque para a batata-inglesa (-9,74%) e o arroz (-3,17%).

\*Estagiária sob supervisão da subeditora Marta Vieira

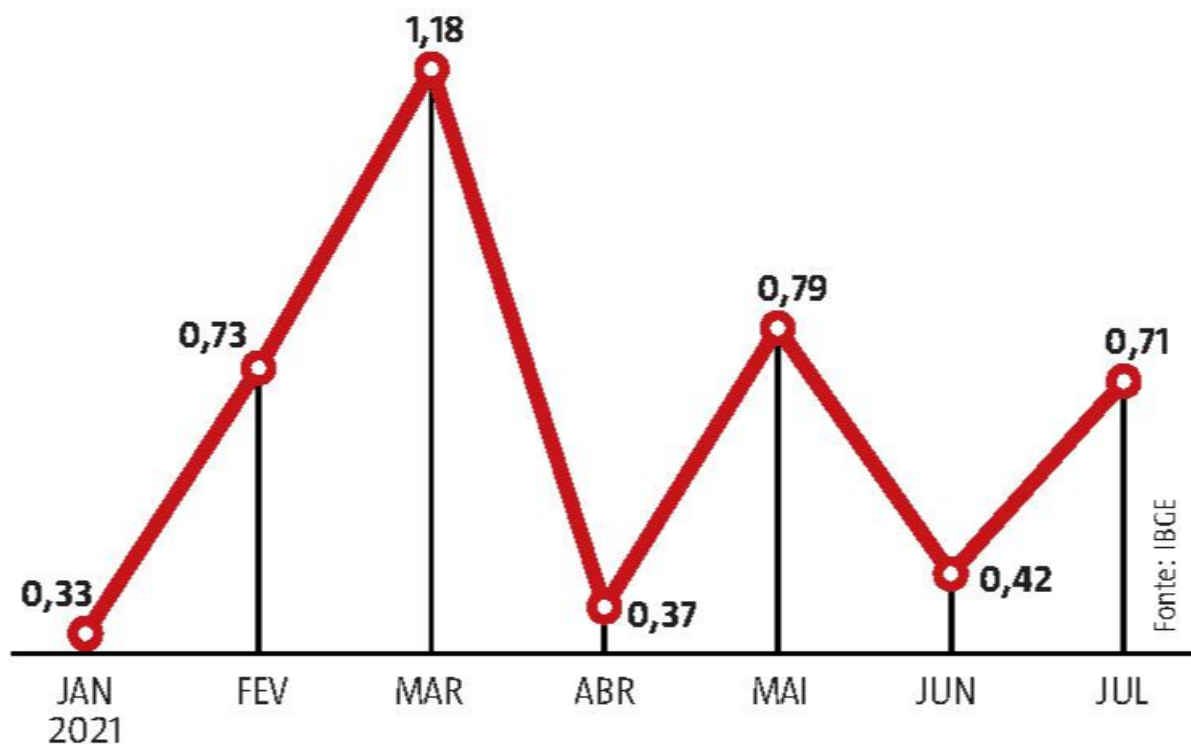
# APERTO

Evolução do IPCA medido em 2021 (Variação em %)

## BRASIL



## GRANDE BH



# Mais gasto, menos PIB (Editorial)

Enquanto Jair Bolsonaro aposta em mais gasto público e assistência social para impulsionar a campanha à reeleição, acumulam-se entraves ao crescimento econômico -o fator mais decisivo para a superação do desemprego e da pobreza- a partir de 2022.

Já não se esperava um desempenho brilhante. As projeções iniciais de analistas do mercado rondavam os 2,5% no próximo ano, depois de uma taxa na casa dos 5% neste 2021. Entretanto as estimativas estão em queda desde março, mal passando dos 2% agora.

Entre os principais motivos para o pessimismo, apenas um não está diretamente associado ao descrédito do governo. Trata-se da perspectiva de escassez de energia elétrica em razão da crise hídrica, que, ainda assim, tende a ser acentuada pela inépcia do Executivo.

As digitais governistas são mais visíveis no aumento da **inflação**, boa parte dele decorrente da alta do dólar -e as inconsistências da política econômica fizeram da moeda brasileira uma das que mais perderam valor no mundo.

Divulgou-se nesta terça (10) que o IPCA teve variação de 0,96% em julho, a maior para o período desde 2022, e de 8,99% em 12 meses, muito acima da meta de 3,75% fixada para o ano. A agravar o impacto sobre os mais pobres, os alimentos ficaram 13,27% mais caros desde agosto de 2020.

A consequência óbvia é a elevação dos juros do Banco Central, que já saltaram de 2% para 5,25% anuais e devem chegar aos 7,25% até o final do ano, pelas estimativas mais consensuais. Necessária para evitar um mal maior, a medida leva a menos consumo, menos investimento e, portanto, menos crescimento do Produto Interno Bruto.

Como a desvalorização cambial, a alta dos juros também está relacionada à incerteza quanto ao equilíbrio do Orçamento do governo e a evolução da dívida pública. Quanto maiores os riscos, maiores as taxas cobradas pelos credores.

O governo Bolsonaro agravou esse quadro ao apresentar, na segunda (9), proposta de emenda constitucional que permite ao Tesouro parcelar o pagamento de dívidas conhecidas como precatórios a partir de 2022. Com o calote, abre-se espaço para a ampliação da despesa pública no ano eleitoral.

Assim se viabiliza a expansão do Bolsa Família, agora rebatizado Auxílio Brasil. O reforço da proteção social é necessário e seu formato merece debate qualificado; a deterioração orçamentária -para nem mencionar a balbúrdia política e institucional- solapa a economia e condena mais brasileiros a dependerem do socorro oficial.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

**34**



# Após feijão com arroz, café com leite também deve ficar mais caro

**Leonardo Vieceli** *rio de janeiro*

Depois do feijão com arroz, outra combinação familiar à mesa dos brasileiros deve ficar ainda mais cara. Trata-se do café com leite.

Por trás do possível aumento nos preços, há os efeitos da seca e das recentes geadas que atingiram o país.

A dupla de fenômenos climáticos afeta a produção no campo e, assim, tende a pressionar os valores do café e do leite até as gôndolas.

Na visão de analistas, repasses dos aumentos aos produtos que chegam à mesa do consumidor são praticamente certos. Resta saber a magnitude dos reajustes e a velocidade em que devem ocorrer.

No caso do café, a safra deste ano já era impactada pela escassez de chuva. Como registro de geadas em julho, em Minas Gerais e São Paulo, a situação ficou mais complicada.

É que, ao causar danos aos cafezais, o frio intenso tende a reduzir a produção em 2022. Em geral, a geada não resulta em grandes problemas para os grãos prontos para colheita, e sim para safras futuras.

O tamanho exato dos estragos ainda está sendo calculado. De acordo com analistas, é preciso aguardar para ver como as plantas irão reagir nos próximos dias aos impactos das baixas temperaturas. O Brasil é o principal produtor de café do mundo.

Diante do cenário negativo, as cotações do grão dispararam. Em julho, a saca da variedade arábica rompeu a barreira dos R\$ 1.000, acumulando alta de 20,16% no mês, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Ao final de 2020, a saca custava R\$ 606,69.

"Os preços do café são afetados quando há projeções de problemas mais à frente. Antes, vinham subindo com essa questão da seca. Agora, há uma dúvida sobre o tamanho dos impactos com a geada", sublinha Renato Garcia Ribeiro, pesquisador de café do Cepea.

O preço do leite no campo também disparou. Conforme o Cepea, o valor pago ao produtor em julho chegou a R\$ 2,31 por litro no país. E o recorde real -

que leva em conta a **inflação**- da série histórica, com dados desde 2005. O preço se refere ao leite captado no mês anterior, junho.

O valor mais alto, contudo, não anima os produtores. Pelo contrário. Natália Salaro Grigol, pesquisadora de leite do Cepea, diz que o avanço reflete o aumento dos custos no campo, não uma rentabilidade elevada para quem vive da atividade.

Grãos como o milho, insumo usado na alimentação de vacas, subiram na pandemia. A escassez de chuvas no país contribuiu para diminuir a oferta e aumentar os preços da commodity. Não bastasse isso, geadas destruíram pastagens, que também serviriam para alimentar os animais.

"Essa combinação gera um estrangulamento nos custos de produção."

O produtor Cláudio Denti Masson, 50, sentiu os impactos adversos do clima. Ele cultiva café em uma área de 60 hectares no município paulista de Pardinho (200 km da capital) e tem 50 vacas em fase de lactação. Segundo Masson, a seca e a geada danificaram plantações do grão, e a produção de leite ficou mais custosa nos últimos meses.

"A pastagem, por exemplo, já não estava muito boa por causa da seca. Aquilo que ainda tinha foi queimado pela geada. Toda a alimentação das vacas terá de ser feita com ração e suplementos. O custo fica maior, mas a produção cai. Isso, com certeza, vai gerar **inflação**."

"O leite e o café sofreram com a seca e a geada. O café sente isso diretamente, porque a planta é afetada. No caso do leite, os produtores precisam adicionar alimentos para os bovinos, com custo maior", frisa o pesquisador Felipe Serigati, do centro de estudos FGV Agro.

"Cedo ou tarde, uma fração desses aumentos vai chegar à prateleira do supermercado. Não é um repasse de 100%, mas alguma coisa vai chegar lá", acrescenta.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

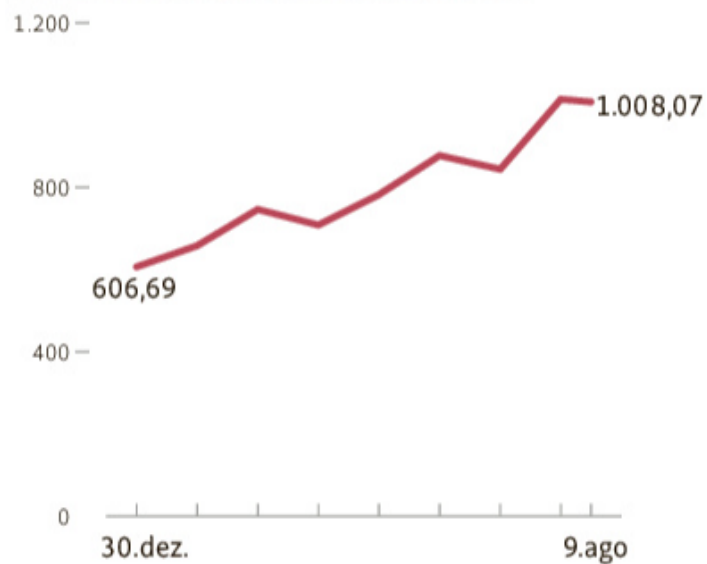
34



## Preços em alta no campo

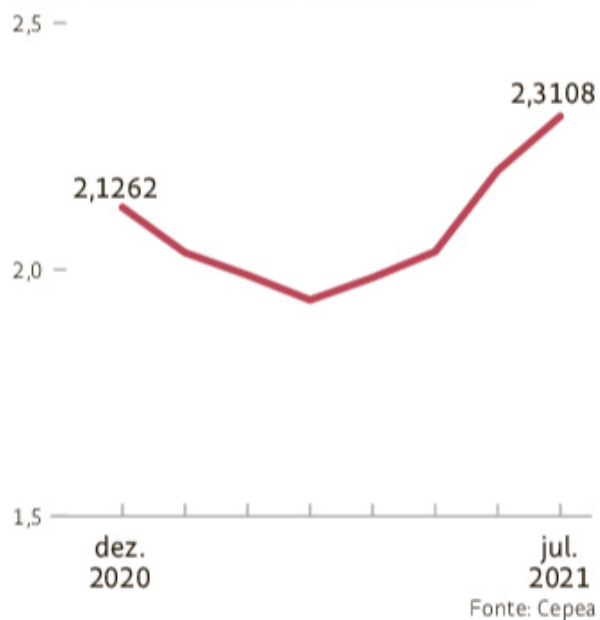
Café

Valor da saca de 60 kg da variedade arábica, em R\$



Leite

Valor médio recebido por litro pelo produtor, em R\$



Fonte: Cepea

# Proposta cria Orçamento paralelo e burla teto de gastos, diz IFI



**Bernardo Caram e Douglas Gavras BRASÍLIA E SÃO PAULO**

A PEC apresentada ao Congresso pelo governo Jair Bolsonaro para parcelar precatórios e criar um fundo com ativos da União representa uma burla ao teto de gastos e abre caminho para a criação de um Orçamento paralelo, avalia a IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado).

Nota técnica antecipada à Folha pelo órgão que monitora a qualidade das contas públicas conclui que os efeitos negativos da PEC sobre os juros e a dívida pública serão relevantes e poderão anular potenciais ganhos de curto prazo promovidos pelo texto do governo.

O documento, assinado pelos diretores da IFI Felipe Salto e Daniel Couri, afirma que a PEC não traz nenhum avanço em termos de ajuste fiscal para abrir espaço no teto, regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação**. Segundo eles, a margem é criada apenas pela falta de pagamento imediato de um gasto obrigatória como o precatório.

"O parcelamento de despesas obrigatórias constitui séria burla às regras do jogo. A proposta, na prática, cria nova exceção ao teto de gastos para possibilitar seu cumprimento em 2022. Um arcabouço de normas fiscais que se pretenda crível, isto é, que sirva à ancoragem de expectativas, não pode ser alterado

para atender a objetivos de curtíssimo prazo. Na iminência do descumprimento, altera-se a regra", afirma o documento.

A estrutura principal da proposta estabelece o parcelamento em dez anos de todos os precatórios (dívidas do governo reconhecidas pela Justiça) com valor superior a R\$ 66 milhões. Além disso, cria uma regra temporária para parcelar débitos sempre que o valor desses passivos superar 6% da receita líquida. Para 2022, está previsto o parcelamento de todos os débitos judiciais com valor superior a R\$ 455.

Com a medida, o governo espera abrir R\$ 33,5 bilhões de espaço no Orçamento de 2022. A proposta viabiliza, por exemplo, que o Bolsa Família seja turbinado.

Sobre o trecho da PEC que autoriza o Executivo a descumprir a regra de ouro sem um aval específico do Congresso, o economista da Tendências Fabio Klein, especialista em contas públicas, lembra que o cumprimento da regra passou a ser um problema mais recentemente.

"Talvez, a mudança traga ganhos de agilidade, mas o problema segue sendo o mesmo: estamos tendo déficits correntes e as nossas despesas correntes consomem quase todos os recursos". Hoje, diz, a regra de ouro é furada para cobrir despesas primárias. "Para mudar isso, é preciso fazer reformas."

Já para o economista do Insper Marcos Mendes, um dos pais do teto de gastos, a regra de ouro já é uma medida que não tem funcionado nos últimos anos e que o mercado já entendeu ser mais um problema do que uma ação preventiva.

"Mas isso pode fragilizar o teto de gastos. Ao pagar menos precatórios, cria-se um incentivo para não pagar outras despesas, deixar que elas se transformem em ações judiciais e que sejam parceladas lá na frente", pondera.

Ele afirma, ainda, que a PEC é uma medida que demonstra a opção do governo por aumentar gastos em vez de tentar reduzir despesas. "O sistema político escolheu aumentar o Bolsa Família sem cortar outros programas, escolheu também aumentar as emendas para relator. Fazer esse tipo de escolha custa caro."

País 'parece flertar perigosamente com o passado', afirma gestora Verde

"As seguidas discussões recentes sobre tirar gastos do teto, com vistas a operações de cunho eleitoral, sinalizam preocupante vontade de reviver de modo permanente o "acelerador fiscal" no modelo macro brasileiro", diz a gestora em relatório Segundo a Verde, tal medida demandaria, no futuro, a volta de um "freio monetário", afetando a performance dos ativos de risco brasileiros.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**34**

# Com disparada na energia, inflação vai a 0,96% em julho

**Leonardo Vieceli** rio de janeiro

A **inflação** oficial do país, medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), voltou a acelerar em julho, para 0,96%, ante 0,53% em junho. Puxado pela energia elétrica mais cara, o resultado é o maior para o mês desde 2002, quando o índice foi de 1,19%.

O resultado veio próximo das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,95%.

Com o resultado, o IPCA chegou a 8,99% no acumulado de 12 meses. Isso significa que o indicador ampliou a distância em relação ao teto da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central neste ano. No acumulado até junho, a variação estava em 8,35%.

O teto da meta de **inflação** é de 5,25%. O centro, de 3,75%.

Dos 9 grupos de produtos e serviços do IPCA, 8 tiveram alta em julho. A maior variação (3,1%) e o maior impacto (0,48 ponto percentual) vieram de habitação.

O resultado desse grupo foi influenciado pela energia elétrica, que acelerou para 7,88%. Segundo o IBGE, o item respondeu pelo principal impacto individual (0,35 ponto percentual) no IPCA.

O instituto destacou que, em julho, o país teve reajuste no valor adicional da bandeira vermelha patamar 2, o que pressionou as contas de luz. Além disso, houve avanços tarifários de 11,38% em São Paulo, de 8,97% em Curitiba e de 9,08% em uma das concessionárias de Porto Alegre.

A segunda maior contribuição (0,32 ponto) entre os grupos veio de transportes (1,52%). Dentro do segmento, o destaque foi para as passagens aéreas, cujos preços subiram 35,22%, após queda 5,57% em junho. As passagens de avião, aliás, responderam pelo segundo maior impacto individual (0,10 ponto) no IPCA de julho.

Já a gasolina subiu 1,55%, após avanço de 0,69% em junho. Assim, teve o terceiro maior impacto individual (0,09 ponto) no IPCA.

O único dos nove grupos com queda na **inflação** em julho foi saúde e cuidados pessoais (-0,65%). O resultado, diz o IBGE, teve relação com a baixa nos preços dos planos de saúde. Em julho, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) autorizou redução de 8,19% nos serviços, em razão da menor demanda por modalidades de saúde suplementar durante a pandemia.

Almeida relatou que diversos fatores podem explicar o comportamento recente da **inflação**. Um deles é o aumento nos custos de operação das empresas, que podem ser repassados para os consumidores.

Segundo o analista, mesmo que a **inflação** tenha subido em 8 dos 9 grupos em julho, é preciso aguardar para saber se o avanço dos preços terá caráter generalizado nos próximos meses.

A escalada do IPCA ganhou corpo ao longo da pandemia. Em um primeiro momento, houve disparada de alimentos e, em seguida, avanço de combustíveis. Alta do dólar, estoques menores e avanço das commodities ajudam a explicar o comportamento dos preços.

Não bastasse essa combinação, a crise hídrica também passou a ameaçar o controle da **inflação**. E que a escassez de chuvas eleva os custos de geração de energia elétrica. O reflexo é a luz mais cara nos lares dos brasileiros. Seca e geadas ainda afetaram a produção de grãos, pressionando preços.

Além de pesar no orçamento das famílias, a alta nas tarifas também eleva os custos de operação das empresas. A situação ocorre no momento em que o consumo de bens e serviços é desafiado pelo aumento do desemprego no Brasil.

Devido ao comportamento da **inflação**, analistas do mercado financeiro ouvidos pelo BC vêm subindo suas projeções para o IPCA. A estimativa mais recente que aparece no boletim Focus indica avanço de 6,88% ao fim de 2021.

**Site:**

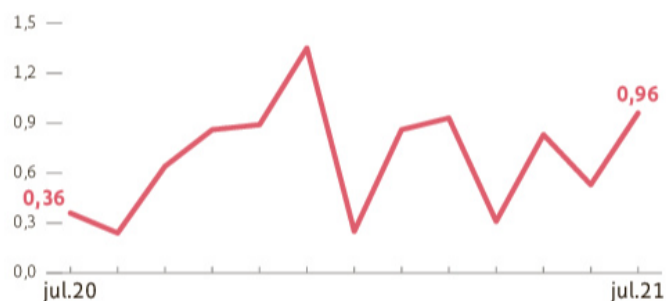
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

34

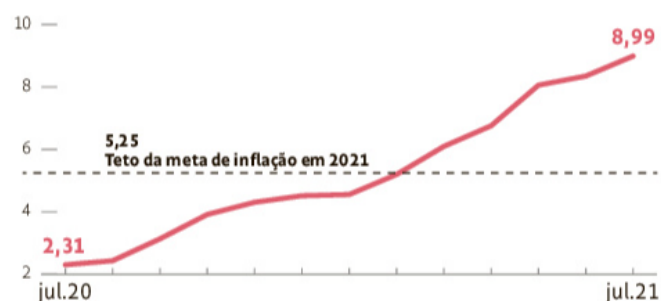
## Inflação avança no Brasil

Dados em %

IPCA mensal



IPCA no acumulado de 12 meses



Grupos de produtos e serviços, em julho



Em 12 meses



Avanço acumulado por produtos

**84,31%** foi a disparada do óleo de soja

**42,96%** foi a alta do tomate

**39,65%** foi o avanço da gasolina

**29,29%** foi a subida do gás de botijão

**20,09%** foi a elevação da energia elétrica

Fonte: IBGE

# IFI critica proposta e afirma que "risco fiscal materializa-se com clareza"

**Fabio Graner**

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulgou ontem nota comentando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), afirmando que, com ela, "o risco fiscal materializa-se, com clareza".

"O parcelamento de despesas obrigatórias afeta a dinâmica do teto de gastos, em um contexto de eleições gerais, abrindo espaço de R\$ 32,4 a R\$ 47,4 bilhões na regra para o ano que vem", afirmam no **comunicado** os diretores da entidade, Felipe Salto e Daniel Couri.

O espaço máximo no teto estimado por eles é bem maior do que o projetado pelo governo, de R\$ 33,5 bilhões.

Segunda a nota da instituição, o espaço extra poderá ser destinado não só para o novo Bolsa Família, mas também para o financiamento de emendas ao Orçamento da União, gastos programados às pressas, reajustes salariais e outras contratações de despesas permanentes.

"Tudo isso baseado em uma fabricação de espaço contábil por meio de mudanças intempestivas na Constituição", afirma o texto da IFI.

A entidade, ligada ao Senado, afirma que as consequências já se materializam nos preços dos ativos. "A primeira, o aumento dos juros exigidos pelo mercado nas operações com títulos públicos. A segunda, o aumento dos juros, por parte do Banco Central, para fazer frente aos efeitos ocasionados sobre a **inflação** a partir da maior percepção de risco", apontam os diretores. "Este que se correlaciona com a taxa de câmbio. A terceira, os efeitos dos dois primeiros pontos sobre a dívida pública", prossegue o texto.

Segundo a IFI, isso levará à necessidade de um esforço fiscal primário maior. "Em resumo, o efeito de uma medida que preconiza produzir espaço fiscal, mas à custa das regras do jogo, causará uma turbulência relevante sobre as expectativas do mercado. O ganho que se observa na superfície será rapidamente suplantado pelo prejuízo causado ao quadro fiscal agregado, via juros e dívida pública", dizem Salto e Couri.

O documento critica o fato de que, com o parcelamento, a proposta cria nova exceção ao teto de gastos para possibilitar seu cumprimento em 2022.

"Um arcabouço de normas fiscais que se pretenda crível, isto é, que sirva à ancoragem de expectativas, não pode ser alterado para atender a objetivos de curtíssimo prazo. Na iminência do descumprimento, altera-se a regra", criticam.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186976?page=1&section=1)